



Sumário

1.	Peças de Planejamento.....	9
2.	Análise do Desempenho da Gestão – Período de 2016 a 2019	12
2.1.	Desempenho Fiscal.....	12
2.1.1.	Receitas Orçamentárias.....	12
2.1.1.1.	Receitas Correntes:.....	13
2.1.1.2.	Receita Tributária Própria:	16
2.1.1.3.	Transferências Correntes:.....	18
2.1.1.3.1.	Dependência da Cota-parte do FPM, do ICMS, e Repasse do SUS em relação a Receita Corrente	19
2.1.1.4.	Principais Tributos: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.....	20
2.1.1.4.1.	Principais Tributos <i>per capita</i> : ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.	22
2.1.1.5.	Dependência das Transferências e evolução dos principais Tributos	24
2.1.1.6.	Dívida Ativa	25
2.1.2.	Despesas Orçamentárias:	27
2.1.2.1.	Despesas Correntes:.....	30
2.1.2.1.1.	Investimentos	33
3.	Resultados da Execução Orçamentária:.....	35
4.	Resultado Financeiro (Balanço Patrimonial):.....	37
5.	Dívida Pública:	39
5.1.	Dívida Fundada <i>per capita</i>	40
6.	Limites Constitucionais e legais:	42
6.1.	Educação.....	42
6.1.1.	Aplicação na Educação (art. 212, da C.F.)	42
6.1.2.	Contribuição e Receitas na Educação Básica.....	44
6.1.3.	Recursos do FUNDEB gastos com Remuneração dos Profissionais da Educação:	45
6.2.	Saúde:.....	46
6.3.	Gasto com Pessoal:	48
6.3.1.	Despesa com Pessoal do Poder Executivo	48
6.3.2.	Despesa com Pessoal do Município	50
6.4.	Repasse ao Poder Legislativo:	52
6.5.	Síntese da Observância dos Principais Limites	53
7.	Aspectos Previdenciários.....	53
7.1.	Resultado de Execução Orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.....	53
7.2.	Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos Efetuados	54
8.	Indicadores	55
8.1.	Carga Tributária <i>per capita</i>	55
8.2.	Investimento <i>per capita</i>	57



8.3.	Indicador de Poupança Corrente	59
9.	Do Relatório Técnico de Auditoria:	60
10.	Do Relatório Técnico de Auditoria: Secex de Previdência	62
11.	Parecer do Ministério Público de Contas.	Erro! Indicador não definido.



Sumário de Quadros

Quadro 1 - Características do município.....	8
Quadro 2 - Peças de Planejamento	9
Quadro 3 - Distribuição Orçamentária por Unidade	10
Quadro 4 - Demonstrativo das Alterações do Orçamento	11
Quadro 5 – Evolução da Receita Estimada	11
Quadro 6 - Receita Arrecadada - 2016 a 2019	12
Quadro 7 - Receita Tributária Própria	17
Quadro 8 - Receita Tributária Própria - 2016 a 2019.....	17
Quadro 9 - Resultados de Gestão - Receitas 2016 a 2019 - Água Boa - (R\$ Milhares)	25
Quadro 10 - Saldo da Dívida Ativa - 2016 a 2019	26
Quadro 11 - Despesa Orçamentária por Função	27
Quadro 12 -Despesas Orçamentárias por Natureza - 2016 a 2019	28
Quadro 13 - Despesas 2016 a 2019 - Água Boa	33
Quadro 14 - Despesa de Investimento em Relação à Despesa Total.....	34
Quadro 15 - Despesas Liquidadas com Investimento	35
Quadro 16 - Comparativo entre Orçado e Executado - R\$ (excluídas as intraorçamentárias)	35
Quadro 17 - Resultado Orçamentário	36
Quadro 18 - Histórico da Execução Orçamentária - R\$.....	36
Quadro 19 - Resultado Financeiro	38
Quadro 20 - Dívida Pública	39
Quadro 21 - Saldo da Dívida Pública - 2016 a 2019.....	40
Quadro 22 - Receitas com Percentual Vinculado à Educação	42
Quadro 23 - Despesas Realizadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	43
Quadro 24 - Aplicação na Educação (art. 212 CF) - 2016 a 2019.....	43
Quadro 25 - Contribuição e Receitas do FUNDEB	44
Quadro 26 - Cálculo do Limite Constitucional da Remuneração dos Profissionais do Magistério	45
Quadro 27 - Remuneração dos Profissionais do Magistério (%) - 2016 a 2019.....	45
Quadro 28 - Receitas com Percentual Vinculado à Saúde.....	46
Quadro 29 - Despesas Realizadas com a Saúde - R\$	46
Quadro 30 - Gastos com Saúde (%) - 2016 a 2019.....	47
Quadro 31 - Base de Cálculo: Pessoal - RCL.....	49
Quadro 32 - Despesa com Pessoal - Consolidado	50



Quadro 33 - Despesa com Pessoal do Município (%)	51
Quadro 34 - Histórico de Despesa com Pessoal (%) - 2016 a 2019	51
Quadro 35 - Repasse para o Legislativo - Art.29-A, CF/88	52
Quadro 36 - Repasse para o Legislativo (%) - 2016 a 2019.....	53
Quadro 37 - Principais Limites Constitucionais e Legais alcançados.....	53
Quadro 38 - Resultado da Execução Orcamentária - RPPS	54
Quadro 39 - Critérios de Classificação do Indicador de Poupança Corrente	59
Quadro 40 - Indicador de Poupança Corrente	60



Sumário de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição Orçamentária	10
Gráfico 2 – Evolução da Receita Estimada.....	11
Gráfico 3 - Composição da Receita Arrecadada - 2019	13
Gráfico 4 - Histórico das Receitas Correntes - 2016 a 2019 (R\$ Milhões)	14
Gráfico 5 - Crescimento das Receitas Correntes - 2016/2019	15
Gráfico 6 - Receita Corrente <i>per capita</i> - 2019 (R\$)	15
Gráfico 7 - Evolução das Transferências Correntes (Liq. Deduções).....	16
Gráfico 8 - Receita Arrecadada x Receita Tributária Própria.....	18
Gráfico 9 - Dependência dos municípios em relação as Transferências Correntes / Relação as Receitas Correntes - 2016 a 2019.....	19
Gráfico 10 - Percentual de Dependência dos municípios em relação a Cota-parte FPM, ICMS e do Repasse do SUS / Receita Corrente.....	20
Gráfico 11 - Variação dos Principais Tributos - 2016/2019.....	21
Gráfico 12 - Evolução dos Principais Tributos - Município - 2016 a 2019	22
Gráfico 13 - ISSQN <i>per capita</i> - 2016 a 2019	22
Gráfico 14 - IPTU <i>per capita</i> - 2016 a 2019	23
Gráfico 15 - ITBI <i>per capita</i> - 2016 a 2019.....	23
Gráfico 16 - Taxas <i>per capita</i> - 2016 a 2019.....	24
Gráfico 17 - Saldo da Dívida Ativa x % Recebimento da Dívida Ativa	26
Gráfico 18 - Evolução das Despesas Realizadas - 2016 a 2019.....	28
Gráfico 19 - Despesas Realizadas por Natureza - 2019.....	29
Gráfico 20 - Histórico das Despesas.....	29
Gráfico 21 - Evolução das Despesas Correntes - Município - 2016 a 2019	30
Gráfico 22 - Evolução das Despesas Correntes <i>per capita</i> - 2016 a 2019.....	31
Gráfico 23 - Despesas Correntes <i>per capita</i> x Carga Tributária <i>per capita</i> - 2016 a 2019.....	32
Gráfico 24 - Evolução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais <i>per capita</i> - 2016 a 2019	33
Gráfico 25 - Despesa de investimento x Despesa Total	34
Gráfico 26 - Resultado Orçamentário.....	37
Gráfico 27 - Quociente da Situação Financeira - Município - 2016 a 2019	38
Gráfico 28 -Saldo da Dívida Pública	40
Gráfico 29 - Indicador de Dívida Fundada <i>per capita</i> em Reais - Município - 2016 a 2019	41
Gráfico 30 - Relação Dívida Fundada / Receita Corrente.....	41
Gráfico 31 - % Aplicado na Educação.....	43



Gráfico 32 - Investimentos em Educação por Aluno - 2016 a 2019	44
Gráfico 33 - % Aplicado na Remuneração do Magistério	45
Gráfico 34 - % Aplicado na Saúde	47
Gráfico 35 - Despesa com Saúde <i>per capita</i> - 2016 a 2019	48
Gráfico 36 - % Aplicado com Despesa de Pessoal do Poder Executivo	50
Gráfico 37 - % Aplicado com Despesa de Pessoal do Município	51
Gráfico 38 - Evolução da Receita Corrente Líquida e Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do Município	52
Gráfico 39 - Indicador de Carga Tributária <i>per capita</i> - 2016 a 2019	56
Gráfico 40 - Despesa com Investimento <i>per capita</i> - 2016 a 2019	57
Gráfico 41 - Despesa com Investimento <i>per capita</i> - 2016 a 2019 - Atualizado pelo IPCA	58
Gráfico 42 - % de Investimento por Receitas Correntes - 2016 a 2019	58



PROCESSO : **8.763-7/2019**
INTERESSADO : **Prefeitura Municipal de Água Boa**
ASSUNTO : **Contas Anuais – Exercício de 2019**
RELATOR : **Conselheiro Valter Albano da Silva**

Relatório – Governo

1. Trata o processo das Contas Anuais de Governo do Município de **Água Boa**, referentes ao exercício de **2019**, gestão do senhor **Mauro Rosa da Silva**, submetido à análise deste Tribunal de Contas em razão da competência disposta nos § 1º e 2º, e *caput*, do art. 31 da Constituição da República, combinado com o inc. I do art. 210 da Constituição Estadual e com o inc. I do art. 1º da Lei Complementar Estadual 269, de 29/01/2007 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas. Estas contas representam o desempenho dos Poderes Executivo e Legislativo.

Localização geográfica do Município de Água Boa





Quadro 1 - Características do município

MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA		
Data de Criação		26/12/1979
Área geográfica		7511 km ²
Distância da Capital		741 km
População – IBGE		25.721 Habitantes
PARECER PRÉVIO PELO TCE - MT (2016 a 2018)		
Exercício	Responsável	Parecer
2016	Mauro Rosa da Silva	Parecer Prévio Favorável à Aprovação
2017	Mauro Rosa da Silva	Parecer Prévio Favorável à Aprovação
2018	Mauro Rosa da Silva	Parecer Prévio Favorável à Aprovação

Fontes: IBGE, INEP, Site TCE MT(Contas Anuais)

2. As presentes contas foram apresentadas com os respectivos demonstrativos contábeis e encaminhadas pelo citado gestor e pela contadora do município, senhora **Rayça Alves de Carvalho**, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade – CRC-MT sob o número 019129/O-1MT.

3. Durante o exercício analisado, o sistema de Controle Interno do Município ficou sob a responsabilidade do senhor **Maurício Acadroli**, Controlador Interno municipal.

4. Com o intuito de realizar análise complementar, os resultados de Água Boa foram comparados com a média do grupo em que o município está inserido, de acordo com o IGFM-MT/TCE, ou seja, **Grupo 4 - com população entre 20.001 e 50.000 habitantes**. Os resultados foram também comparados com a média geral dos municípios do Estado de Mato Grosso.

5. A classificação de agrupamento populacional segue o seguinte critério:

- Grupo 1 – municípios com até 5.000 habitantes
- Grupo 2 - municípios entre 5.001 e 10.000 habitantes
- Grupo 3 - municípios entre 10.001 e 20.000 habitantes
- **Grupo 4 - municípios entre 20.001 e 50.000 habitantes**
- Grupo 5 - municípios acima de 50.000 habitantes



1. Peças de Planejamento

Plano Plurianual – PPA - Lei que estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Vigora por quatro anos, sendo elaborado no primeiro ano do mandato presidencial, abrangendo até o primeiro ano do mandato seguinte¹.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO) - Estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos².

Lei Orçamentária Anual (LOA) - É a lei orçamentária propriamente dita, possuindo vigência para um ano. Ela estima a receita e fixa a despesa do exercício financeiro, ou seja, aponta como o governo vai arrecadar e como irá gastar os recursos públicos³.

Créditos Adicionais - São eles autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento. Em outras palavras, os créditos adicionais são instrumentos de ajustes orçamentários, sendo “fundamental para oferecer flexibilidade e permitir a operacionalidade de qualquer sistema orçamentário” e que visam a atender as seguintes situações: corrigir falhas da LOA; mudança de rumos das políticas públicas; variações de preço de mercado de bens e serviços a serem adquiridos pelo governo; e situações emergenciais imprevistas⁴.

6. O Poder Executivo elaborou as três peças de planejamento – o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA e as enviou a este Tribunal para subsidiar a análise das contas anuais, conforme demonstrado no Quadro 2:

Quadro 2 - Peças de Planejamento

PEÇAS DE PLANEJAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO	NÚMERO DA LEI	DATA	AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PPA	11.474-0/2018	1385/2017	20/12/2017	-
LDO	709-9/2019	1415/2018	17/07/2018	-
LOA	3.945-4/2019	1438/2018	01/11/2018	25,00%

Fontes: [Control P e Sistema Aplic.](#)

¹ <http://www.tesouro.gov.br/pt/-/glossario>

² <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>

³ <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/lei-orcamentaria-anual-loa>

⁴ <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file//fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14D110A73014D1EFE5B2520D8>



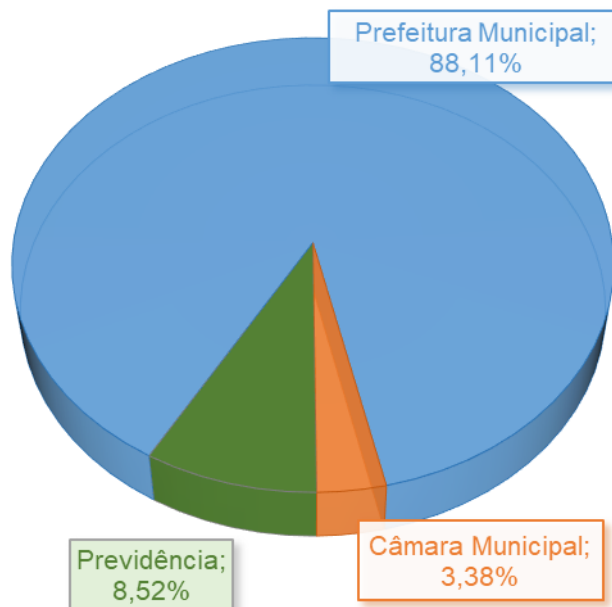
7. A LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$ 106.575.000,00** (cento e seis milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais), com autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de **25%** (vinte e cinco por cento) do orçamento, tendo a distribuição por órgão e entidade demonstrada no Quadro 3:

Quadro 3 - Distribuição Orçamentária por Unidade

	VALOR (R\$)	% Desp
Administração Direta	97.500.000,00	91,48%
Prefeitura Municipal	93.900.000,00	88,11%
Câmara Municipal	3.600.000,00	3,38%
Administração Indireta	9.075.000,00	8,52%
Previdência	9.075.000,00	8,52%
Total Geral Fixado	106.575.000,00	100,00%

Fontes: LOA e Site TCE MT (Contas Anuais)

Gráfico 1 - Distribuição Orçamentária



8. Durante o exercício de 2019, ocorreram diversas alterações orçamentárias, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares e/ou especiais, que modificaram o valor do orçamento inicial, conforme exposto no Quadro 4:



Quadro 4 - Demonstrativo das Alterações do Orçamento

TÍTULO		R\$
Orçamento Inicial - Consolidado		106.575.000,00
Administração Indireta		9.075.000,00
A) Administração Direta		97.500.000,00
B) Alterações (Adm. Direta)		45.918.755,29
Créditos	Redutor	26.643.656,70
Adicionais	Suplementar e Especiais	19.275.098,59
C) Anulação de Dotações (Adm. Direta)		-26.643.656,70
Orçamento Final - Adm Direta (A+B-C)		116.775.098,59
Orçamento Final - Consolidado		125.850.098,59

Fontes: LOA e Site TCE MT(Contas Anuais)

9. A série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2016 a 2019, indica que a Administração Municipal diminuiu a estimativa de suas receitas, exceto em 2017, conforme se pode observar no Quadro 5:

Quadro 5 – Evolução da Receita Estimada

	2016	2017	2018	2019
Receita Estimada - R\$	102.458.782,34	117.997.983,00	107.050.000,00	106.575.000,00
Variação %	-	15,17%	-9,28%	-0,44%

Fonte: Site TCE MT(Contas Anuais)

Gráfico 2 – Evolução da Receita Estimada



Fonte: Site TCE MT(Contas Anuais)



2. Análise do Desempenho da Gestão – Período de 2016 a 2019

2.1. Desempenho Fiscal

2.1.1. Receitas Orçamentárias

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. As receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. É por meio dessa receita que o gestor viabiliza a execução das políticas públicas.

10. As receitas efetivamente arrecadadas pelo Município totalizaram **R\$ 108.314.678,21** (cento e oito milhões, trezentos e quatorze mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte e um centavos).

11. A série histórica das receitas orçamentárias do Município, no período de 2016 a 2019, revela crescimento da arrecadação, conforme demonstrado no Quadro 6:

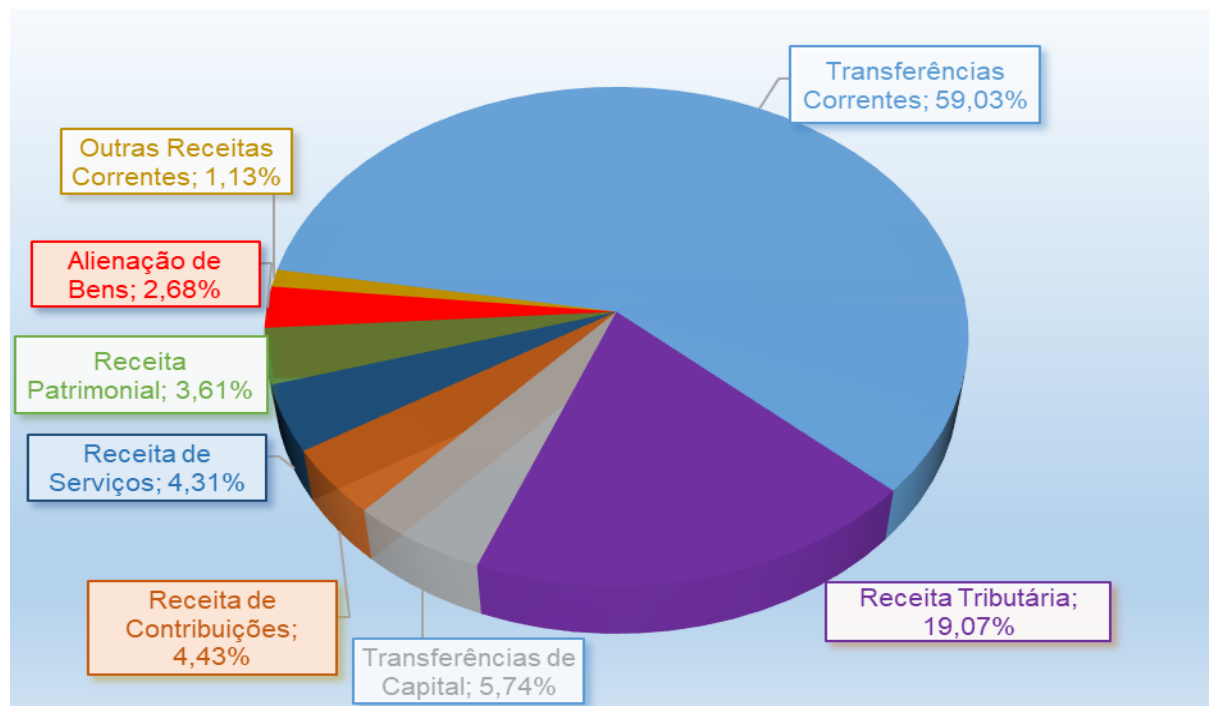
Quadro 6 - Receita Arrecadada - 2016 a 2019

Origens das Receitas	2016	2017	2018	2019
Receitas Correntes (Bruta)	86.401.994,96	88.279.770,51	98.887.225,84	109.487.273,40
Receitas Correntes (liq. Ded)	78.805.939,09	80.267.005,39	90.120.086,89	99.191.335,80
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	14.080.004,92	13.606.891,77	17.412.431,43	20.658.865,63
Receita de Contribuições	1.911.105,87	3.387.435,61	3.975.529,95	4.793.614,32
Receita Patrimonial	4.171.217,29	3.830.224,94	2.761.660,80	3.911.210,54
Receita de Serviços	3.637.965,19	3.875.874,95	4.205.246,27	4.664.052,54
Transferências Correntes	61.420.459,34	61.905.662,06	70.137.507,36	74.236.018,68
Outras Receitas Correntes	1.181.242,35	1.673.681,18	394.850,03	1.223.511,69
Receitas de Capital	2.395.837,11	8.950.457,39	5.146.364,30	9.123.342,41
Alienação de Bens	176.285,15	1.063.909,37	1.485.114,31	2.904.788,88
Transferências de Capital	2.219.551,96	7.886.548,02	3.661.249,99	6.218.553,53
Receitas Intraorçamentárias	2.864.900,96	3.760.897,40	4.858.427,71	5.629.503,84
Deduções	-7.596.055,87	-8.012.765,12	-8.767.138,95	-10.295.937,60
FUNDEB	-7.030.619,61	-7.331.437,18	-8.021.459,11	-8.780.654,37
Renúncia de Receita	-565.436,26	-681.327,94	0,00	0,00
Outras Deduções			-745.679,84	-1.515.283,23
Total das Receitas	84.066.677,16	92.978.360,18	100.124.878,90	113.944.182,05
Total das Receitas (excluído as intraorçamentárias)	81.201.776,20	89.217.462,78	95.266.451,19	108.314.678,21
% Variação	-	9,87%	6,78%	13,70%

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic – Atualizado em 03/09/2020



Gráfico 3 - Composição da Receita Arrecadada - 2019



12. O Gráfico 3 apresenta a relação das receitas, por origem, e com seu total arrecadado no exercício. Destaca-se que 59,03% (cinquenta e nove inteiros e três centésimos percentuais) da receita é proveniente das Transferências Correntes.

2.1.1.1. Receitas Correntes:

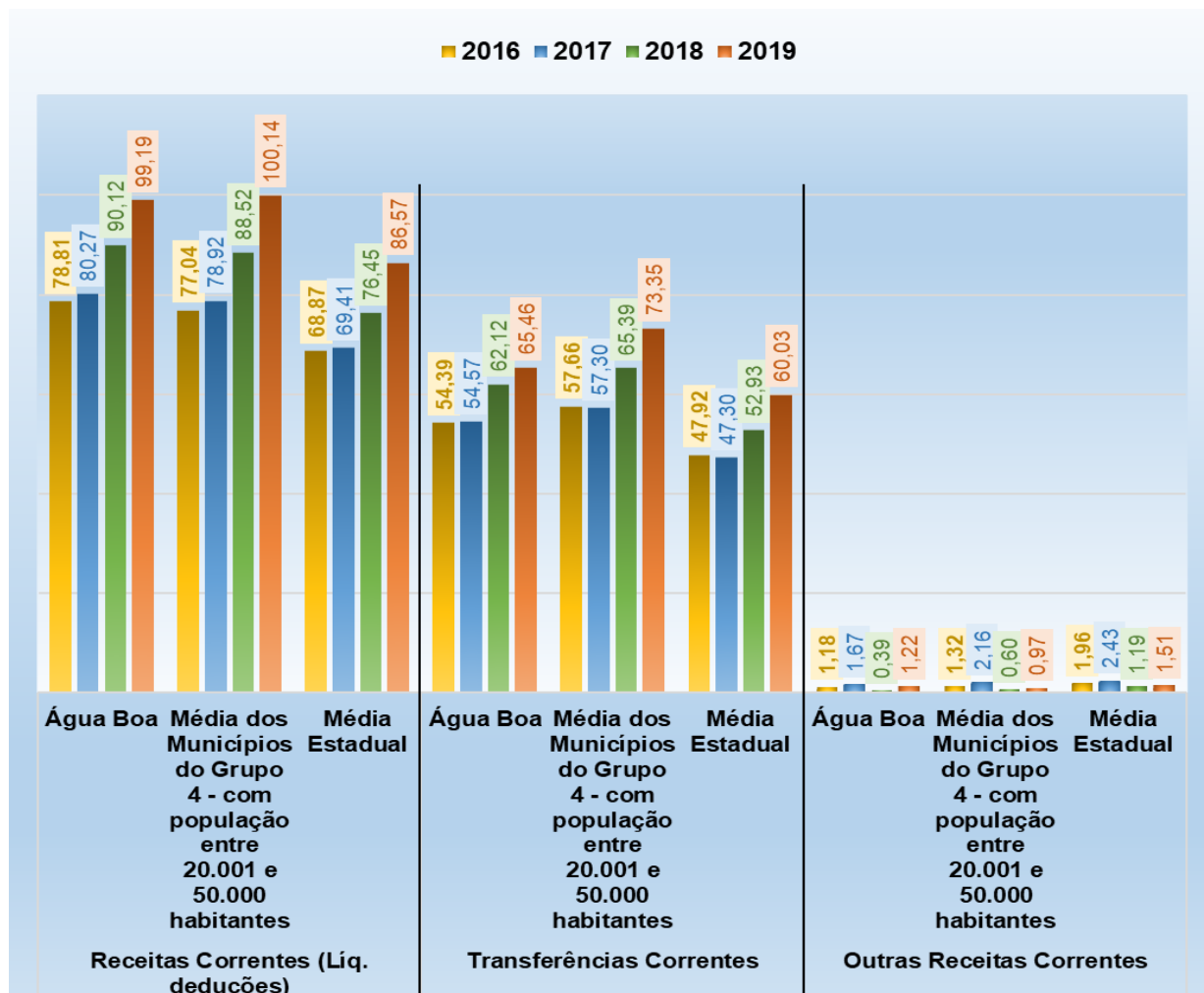
As Receitas Correntes são as provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); e, por fim, das demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

13. Um dos itens detalhadamente examinados neste trabalho foi a gestão das Receitas Correntes. Isso porque sua análise envolve também a política tributária do Município; o estudo da Receita Corrente de um município reflete também a ação governamental na instituição, cobrança e arrecadação dos tributos desse município. Os



Gráficos 4 e 5 demonstram o histórico da arrecadação das receitas correntes, com aumento de 25,87% (vinte e cinco inteiros e oitenta e sete centésimos percentuais), no período de 2016 a 2019, ficando abaixo da média dos municípios do Grupo 4, 30% (trinta por cento), e acima da média estadual, 25,69% (vinte e cinco inteiros e sessenta e nove centésimos percentuais). No mesmo intervalo de tempo, as Transferências Correntes aumentaram em 20,34% (vinte inteiros e trinta e quatro centésimos percentuais) e as outras receitas correntes aumentaram 3,62% (três inteiros e sessenta e dois centésimos percentuais).

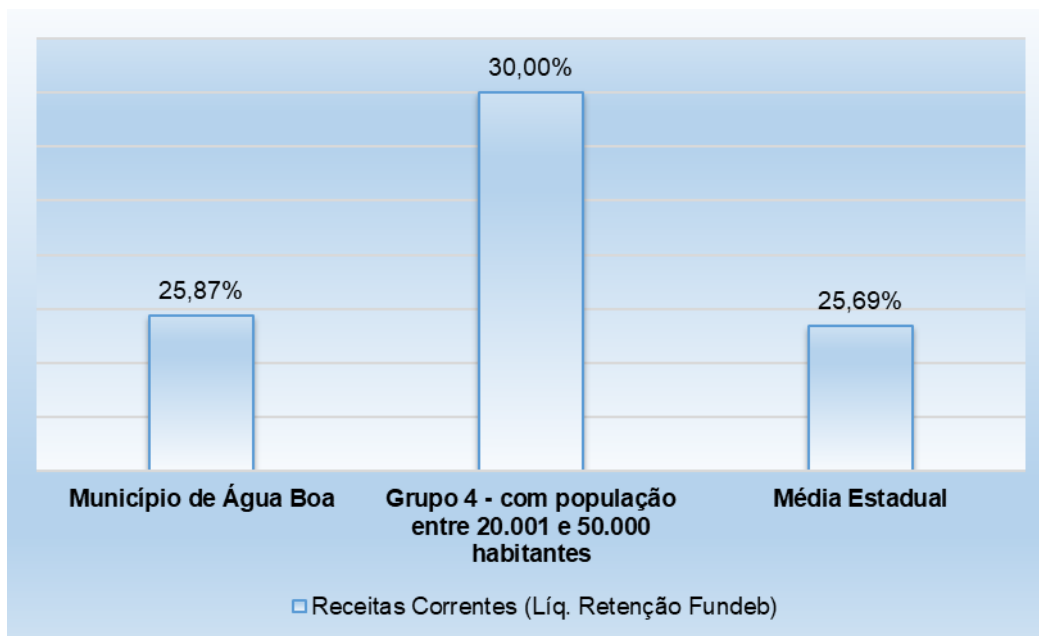
Gráfico 4 - Histórico das Receitas Correntes - 2016 a 2019 (R\$ Milhões)



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



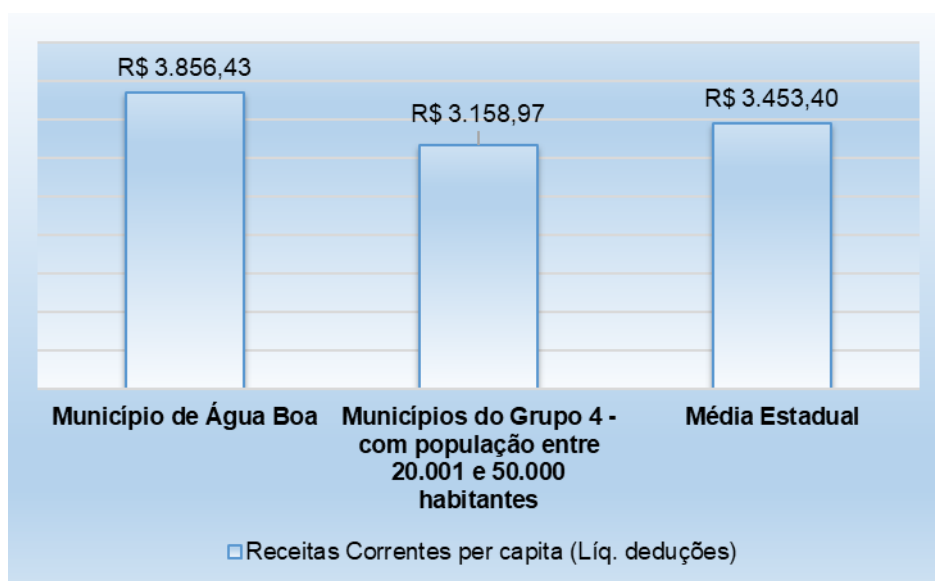
Gráfico 5 - Crescimento das Receitas Correntes - 2016/2019



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

14. A Receita Corrente *per capita* do Município de Água Boa, no exercício de 2019, ficou acima da média dos municípios do Grupo 4 e acima da média estadual.

Gráfico 6 - Receita Corrente *per capita* - 2019 (R\$)

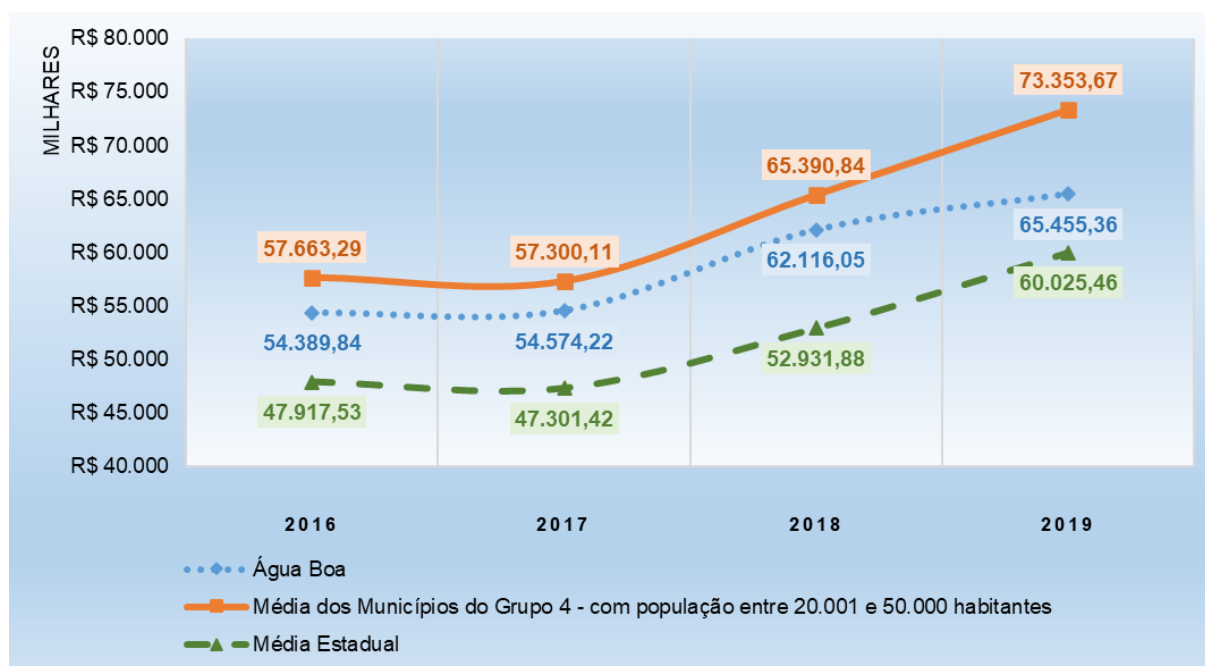


Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



15. O Gráfico 7 demonstra o histórico das Transferências Correntes, no período de 2016 a 2019.

Gráfico 7 - Evolução das Transferências Correntes (Liq. Deduções)



2.1.1.2. Receita Tributária Própria:

Compreende o somatório das receitas de impostos de competência própria municipal, das taxas e contribuições, e da receita da dívida ativa.

16. A Receita Tributária Própria, em relação ao total de receitas arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, atingiu o percentual de 17,67% (dezessete inteiros e sessenta e sete centésimos percentuais), conforme se observa no Quadro 7:



Quadro 7 - Receita Tributária Própria

RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA - RTP	RELATOR - (R\$)	% (RECEITA PRÓPRIA/ RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA)
Impostos, Taxas e Contribuições	16.954.583,63	15,65%
IPTU	3.916.882,10	3,62%
IRRF	2.997.629,76	2,77%
ITBI	1.896.236,24	1,75%
ISSQN	6.534.948,92	6,03%
Taxas	1.608.886,61	1,49%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	73.793,16	0,07%
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	556.387,85	0,51%
Receita da Dívida Ativa Tributária	1.554.804,30	1,44%
Total	19.139.568,94	17,67%

Fonte: Sistema Aplic – Atualizado em 03/09/2020

17. As Receitas Tributárias Próprias tiveram incremento de 31,39% (trinta e um inteiros e trinta e nove centésimos percentuais), no período de 2016 a 2019. Todavia esse aumento foi suficiente para reduzir o nível de dependência do município em relação às transferências, que passaram de 69,02% (sessenta e nove inteiros e dois centésimos percentuais), em 2016, para 65,99% (sessenta e cinco inteiros e noventa e nove centésimos percentuais), em 2019.

Quadro 8 - Receita Tributária Própria - 2016 a 2019

Ano	2016	2017	2018	2019
Receitas Próprias Tributárias	14.567.126,69	14.285.458,94	16.645.125,36	19.139.568,94
Variação %	-	-1,93%	16,52%	14,99%
Variação% (2015/2018)	31,39%			

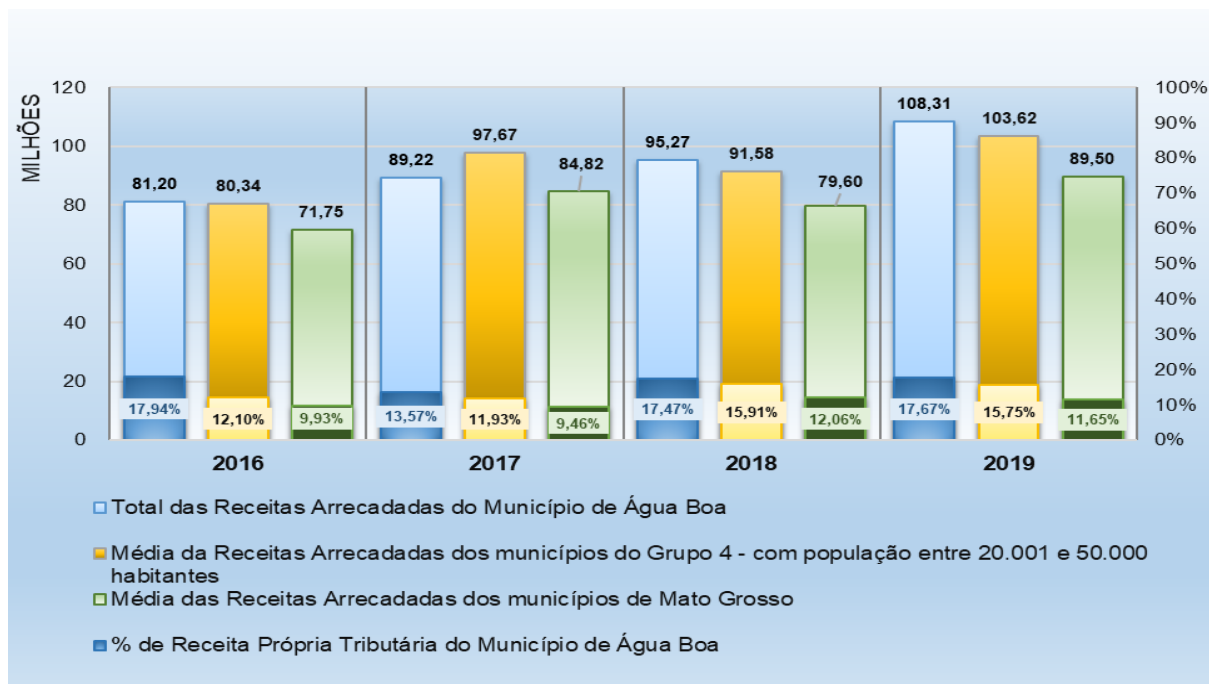
Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

18. O Gráfico 8 demonstra a relação entre as receitas tributárias próprias e as receitas arrecadadas no período de 2016 a 2019. O Município de Água Boa apresentou



aumento nos dois últimos exercícios, ficando acima da média dos municípios do Grupo 4 - com população entre 20.001 e 50.000 habitantes e acima da média estadual.

Gráfico 8 - Receita Arrecadada x Receita Tributária Própria



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

2.1.1.3. Transferências Correntes:

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, e podem ser aplicadas em despesas correntes ou de capital.

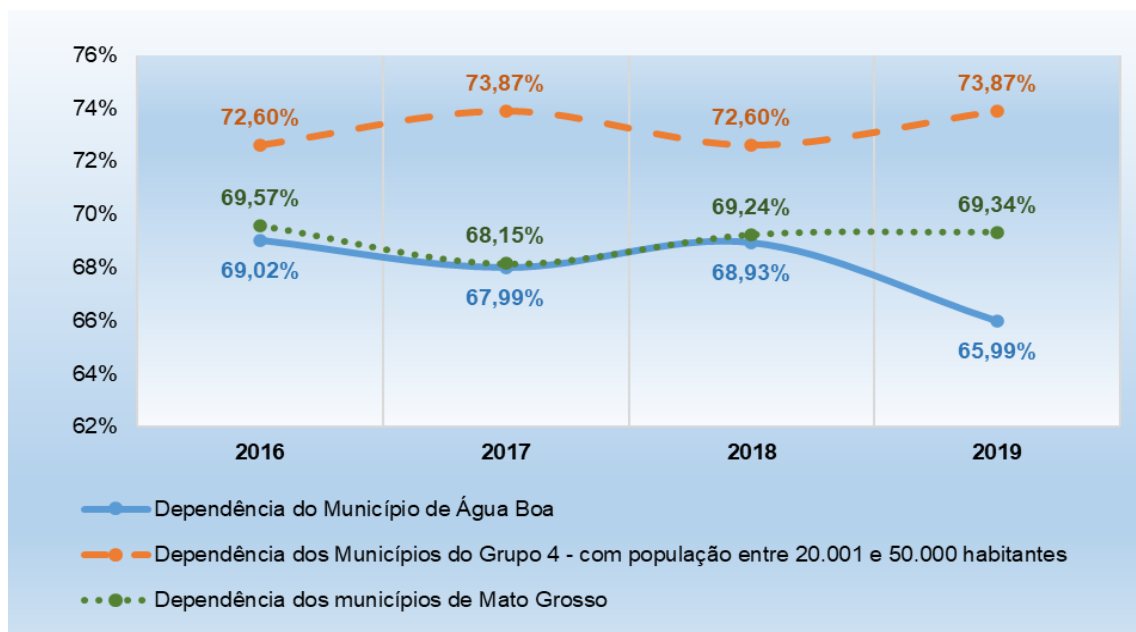
19. A dependência do Município em relação às transferências correntes oscilou entre 69,02% (sessenta e nove inteiros e dois centésimos percentuais) e 65,99% (sessenta e cinco inteiros e noventa e nove centésimos percentuais) das receitas correntes, entre 2016 e 2019

20. Ao analisar o grau de dependência de um município em relação às transferências correntes que este recebe, considera-se que, quanto menor o percentual, melhor a situação desse município. Em 2019, o percentual de dependência do Município



de Água Boa foi de 65,99% (sessenta e cinco inteiros e noventa e nove centésimos percentuais), menor do que a média de dependência dos municípios que compõem o Grupo 4, que atingiu 73,87% (setenta e três inteiros e oitenta e sete centésimos percentuais). Em comparação com a média estadual, que foi de 69,34% (sessenta e nove inteiros e trinta e quatro centésimos percentuais), Água Boa obteve um resultado melhor, pois teve uma maior dependência das transferências correntes. Os percentuais de dependência em relação às transferências correntes estão demonstrados no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Dependência dos municípios em relação as Transferências Correntes / Relação as Receitas Correntes - 2016 a 2019



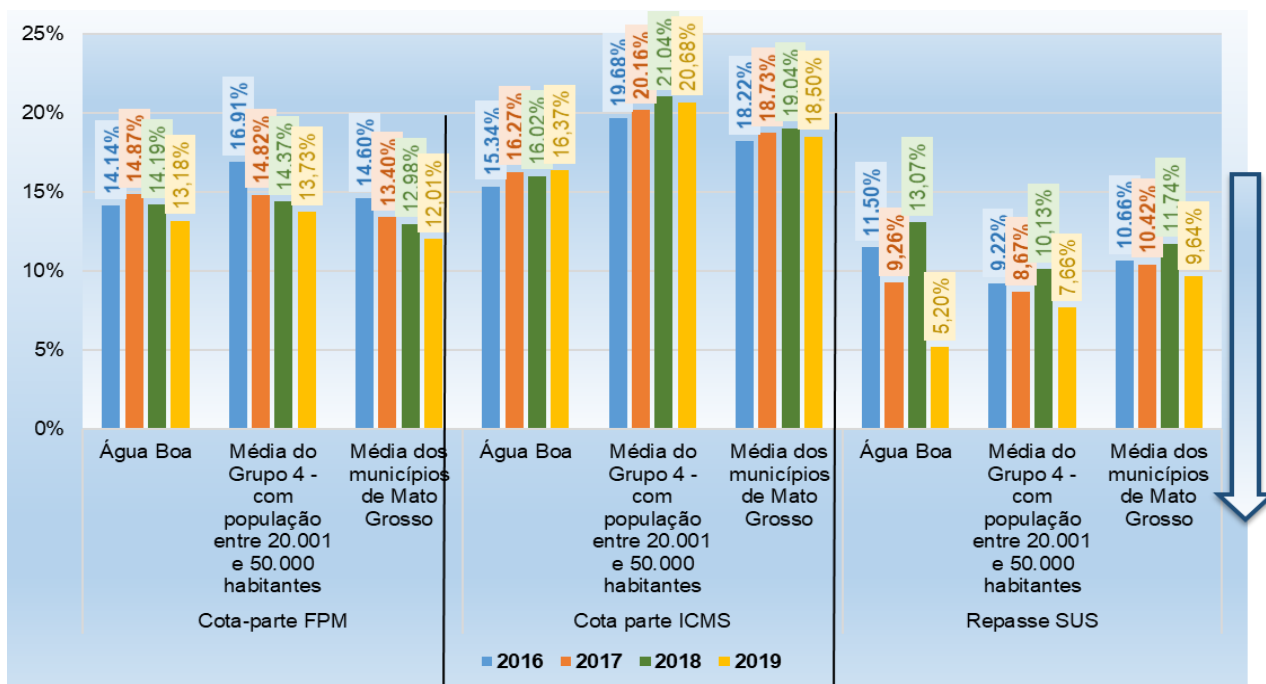
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020
[Receita Corrente e Transferência Corrente Líquidas das deduções](#)

2.1.1.3.1. Dependência da Cota-parte do FPM, do ICMS, e Repasse do SUS em relação a Receita Corrente

21. O Gráfico 10 demonstra a relação de dependência, em relação à Receita Corrente, dos três principais repasses constitucionais e legais; a Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Cota-parte do ICMS, e Repasse do SUS, no período de 2016 a 2019.



Gráfico 10 - Percentual de Dependência dos municípios em relação a Cota-parte FPM, ICMS e do Repasse do SUS / Receita Corrente



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020
[Receita Corrente e Transferências Correntes \(Cota-partes\) Líquidas das deduções](#)

22. Em 2019, dentre as principais transferências já mencionadas, o registro de maior dependência foi com relação à Cota parte ICMS, responsável por 16,37% (dezesseis inteiros e trinta e sete centésimos percentuais) da Receita Corrente de Água Boa, colocando o município acima da média do Grupo 4 e da média estadual.

2.1.1.4. Principais Tributos: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.

23. Os principais tributos de competência do Município, apresentaram o seguinte desempenho, no período de 2016 a 2019:

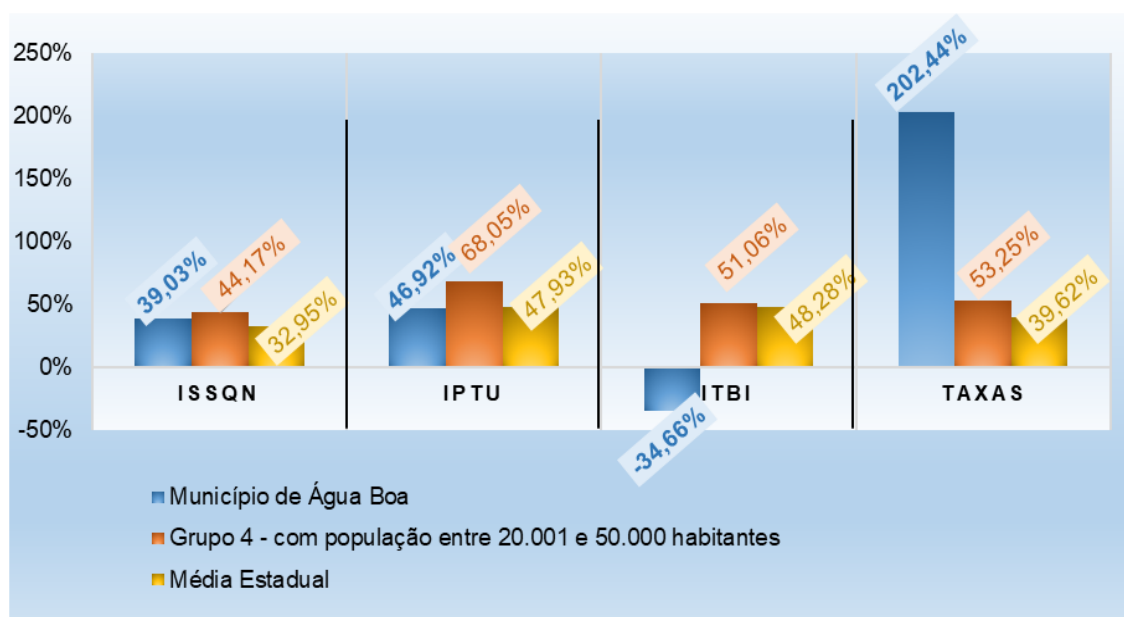
- **ISSQN**, crescimento de **39,03%**
- **IPTU**, crescimento de **46,92%**
- **ITBI**, decréscimo de **34,66%**
- **Taxas**, crescimento de **202,44%**



24. O **ISSQN** representou 5,97% (cinco inteiros e noventa e sete centésimos percentuais) das Receitas Correntes, em 2019; O **ISSQN**, apesar da maior representatividade, foi o tributo que apresentou o menor crescimento em arrecadação no período 2016 a 2019. Em 2019, o **IPTU** representou 3,58% (três inteiros e cinquenta e oito centésimos percentuais) das Receitas Correntes; o **ITBI** e as **Taxas** constituíram 1,73% (um inteiros e setenta e três centésimos percentuais) e 1,47% (um inteiros e quarenta e sete centésimos percentuais) das Receitas Correntes, respectivamente.

25. A pesquisa permitiu observar que o Município de Água Boa, nesse período, obteve crescimento significativo em arrecadação de Taxas, ficando acima da média do Grupo 4 e da média estadual.

Gráfico 11 - Variação dos Principais Tributos - 2016/2019

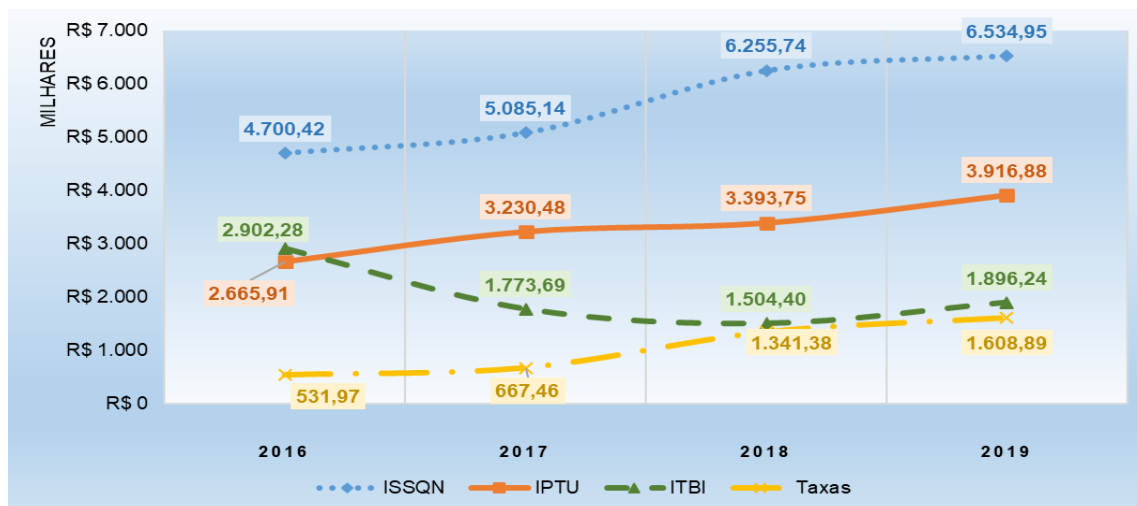


Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

26. O Gráfico 12 demonstra o desempenho geral de Água Boa em relação aos principais tributos, no período de 2016 a 2019:



Gráfico 12 - Evolução dos Principais Tributos - Município - 2016 a 2019

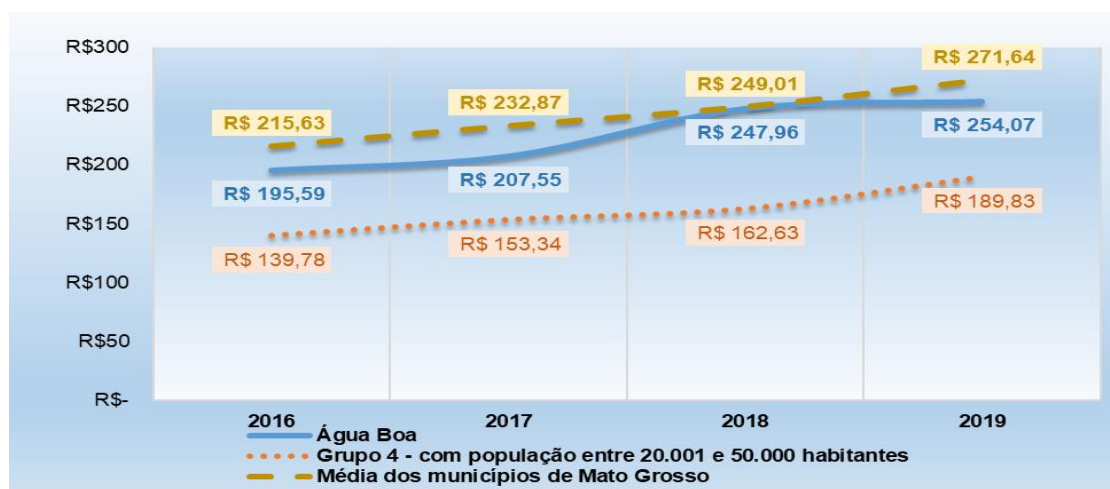


Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

2.1.1.4.1. Principais Tributos *per capita*: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.

27. Ao analisar os principais tributos *per capita* do Município de Água Boa, no período de 2016 a 2019, é possível verificar que, com relação ao **ISSQN *per capita***, o Município de Água Boa apresentou crescimento, ficando acima da média do Grupo 4 e abaixo da média estadual, conforme demonstrado no Gráfico 13.

Gráfico 13 - ISSQN *per capita* - 2016 a 2019

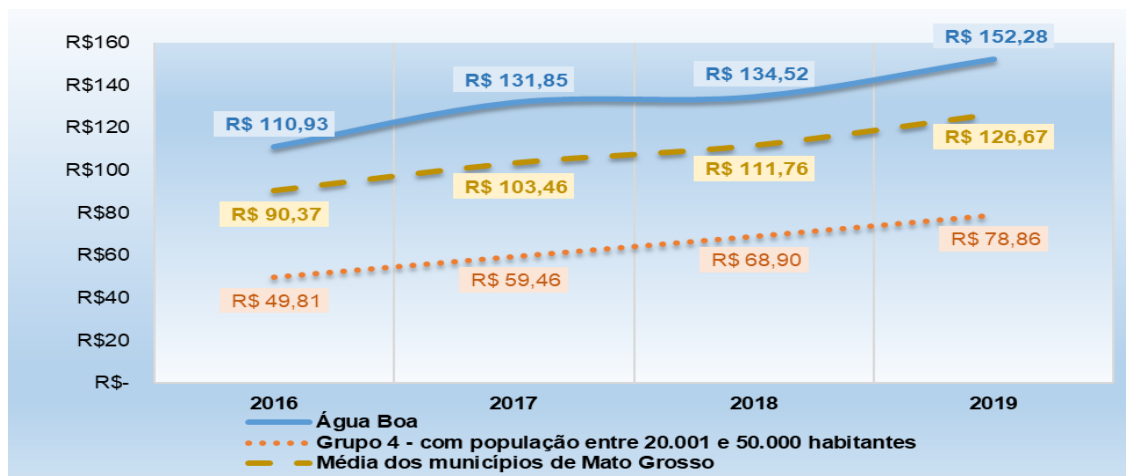


Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



28. Verifica-se que o **IPTU per capita** apresentou crescimento no período de 2016 a 2019, tendo ficado acima da média do Grupo 4, e da média estadual, como ilustrado no Gráfico 14.

Gráfico 14 - IPTU per capita - 2016 a 2019



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

29. Quanto ao **ITBI per capita**, verifica-se que o referido tributo apresentou decréscimo no período de 2016 a 2019, exceto no último exercício, tendo ficado acima da média do Grupo 4 nos anos de 2016 a 2018, e abaixo da média estadual nos dois últimos exercícios, de acordo com o Gráfico 15.

Gráfico 15 - ITBI per capita - 2016 a 2019

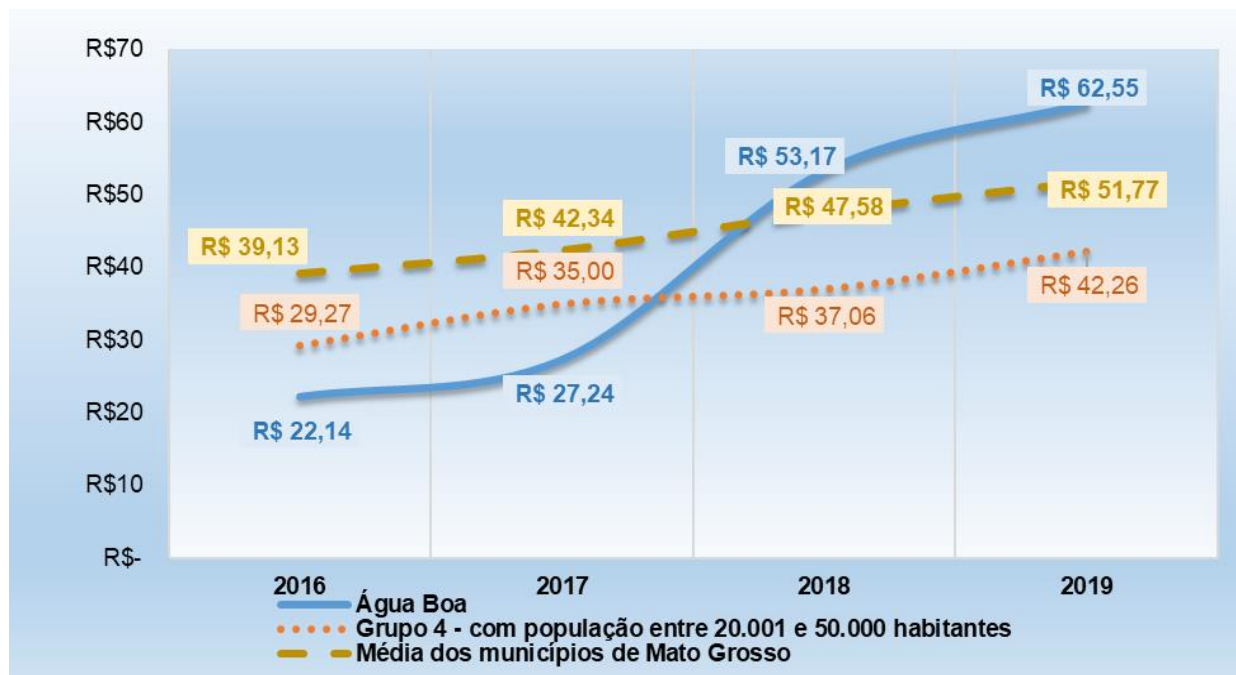


Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



30. Por fim, as **taxas per capita**, no período de 2016 a 2019, apresentaram crescimento, tendo ficado acima da média do Grupo 4 e da média estadual, nos dois últimos exercícios, de acordo com o Gráfico 16.

Gráfico 16 - Taxas per capita - 2016 a 2019



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

2.1.1.5. Dependência das Transferências e evolução dos principais Tributos

31. O desempenho das transferências correntes e da arrecadação do ISSQN e Taxas, seja pelo volume alcançado ou pelo incremento do percentual no período analisado, pode ser observada no Quadro 9.



Quadro 9 - Resultados de Gestão - Receitas 2016 a 2019 - Água Boa - (R\$ Milhares)

Exercício	2016	2017	2018	2019
Dependência das Transferências	69,02%	67,99%	68,93%	65,99%
Receita Corrente (excluída deduções)	78.806	80.267	90.120	99.191
Transferências Correntes	61.420	61.906	70.138	74.236
Outras Receitas Correntes	1.181	1.674	395	1.224
ISSQN - Liq. deduções	4.700	5.085	6.256	6.535
Evolução da arrecadação – ISSQN	-	8,18%	23,02%	4,46%
IPTU - Liq. deduções	2.666	3.230	3.394	3.917
Evolução da arrecadação – IPTU	-	21,18%	5,05%	15,41%
ITBI - Liq. deduções	2.902	1.774	1.504	1.896
Evolução da arrecadação – ITBI	-	-38,89%	-15,18%	26,05%
Taxas - Liq. deduções	532	667	1.341	1.609
Evolução da arrecadação – Taxas	-	25,47%	100,97%	19,94%

Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

32. Cabe ressaltar que os quatro principais tributos apresentaram aumento na arrecadação em 2019, com destaque para o ITBI e Taxas, cujas receitas cresceram 26,05% (vinte e seis inteiros e cinco centésimos percentuais) e 19,94% (dezenove inteiros e noventa e quatro centésimos percentuais), respectivamente, como se apreende do Quadro 9.

2.1.1.6. Dívida Ativa

Créditos com que conta o setor público derivados do não pagamento pelos contribuintes de tributos e/ou de créditos públicos assemelhados (multas, juros e encargos) no decorrer do exercício em que foram lançados.

33. O indicador de **recebimento da Dívida Ativa** demonstra o esforço realizado pelo Poder Público para resgatar direitos em posse de contribuintes que não cumpriram suas obrigações fiscais. Mede, portanto, o montante recebido em relação ao estoque de débitos, fornecendo evidências sobre o desempenho da área de cobrança fiscal.

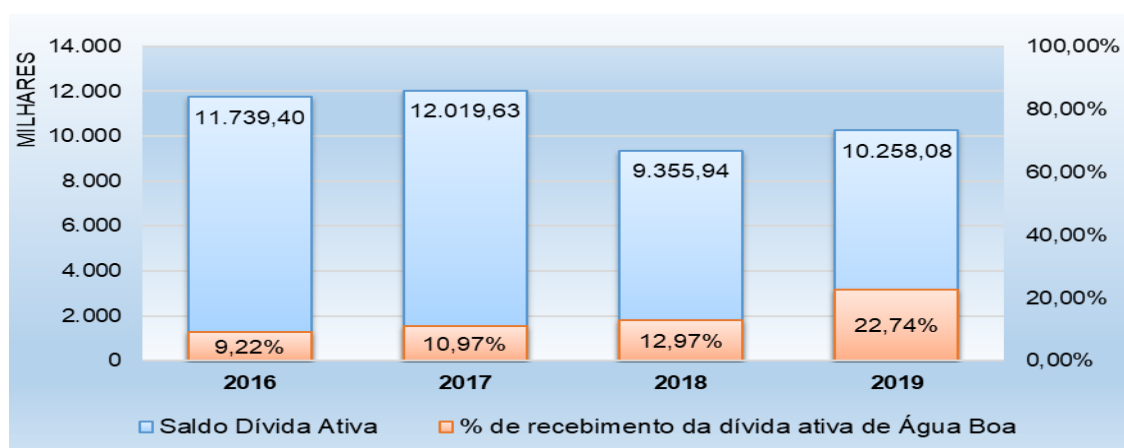
34. No período de 2016 a 2019, o Município de Água Boa apresentou desempenho satisfatório na administração e na execução fiscal da Dívida Ativa, tendo o seu percentual de recebimento de Dívida Ativa oscilado de 9,22% (nove inteiros e vinte



e dois centésimos percentuais) a 22,74% (vinte e dois inteiros e setenta e quatro centésimos percentuais).

35. No exercício de 2019, o percentual alcançado foi de 22,74% (vinte e dois inteiros e setenta e quatro centésimos percentuais), sendo superior à média dos municípios do Grupo 4, 13,81% (treze inteiros e oitenta e um centésimos percentuais) e também à média estadual, 12,77%, (doze inteiros e setenta e sete centésimos percentuais).

Gráfico 17 - Saldo da Dívida Ativa x % Recebimento da Dívida Ativa



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

36. A série histórica do saldo da Dívida Ativa, no período de 2016 a 2019, indica redução em 2018 e aumento do saldo nos demais exercícios, conforme se pode observar no Quadro 10:

Quadro 10 - Saldo da Dívida Ativa - 2016 a 2019

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019
Saldo Dívida Ativa	11.739.403,10	12.019.625,13	9.355.943,65	10.258.081,90
Variação %	-	2,39%	-22,16%	9,64%
% de recebimento da dívida ativa de Água Boa	9,22%	10,97%	12,97%	22,74%
Média de % de recebimento da Dívida ativa dos municípios do Grupo 4 - com população entre 20.001 e 50.000 habitantes	9,38%	14,18%	14,00%	13,81%
Média de % de recebimento da Dívida ativa dos municípios do Estado de MT	7,80%	11,06%	19,21%	12,77%

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 14 consolidado e informes da dívida ativa) – Atualizado em 03/09/2020



2.1.2. Despesas Orçamentárias:

Despesa Orçamentária: é o conjunto de despesas realizadas pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade

37. As despesas realizadas pelo Município, excluídas as intraorçamentárias, no exercício de 2019, totalizaram R\$ 99.455.896,96 (noventa e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos), com a distribuição por função indicada no Quadro 11:

Quadro 11 - Despesa Orçamentária por Função

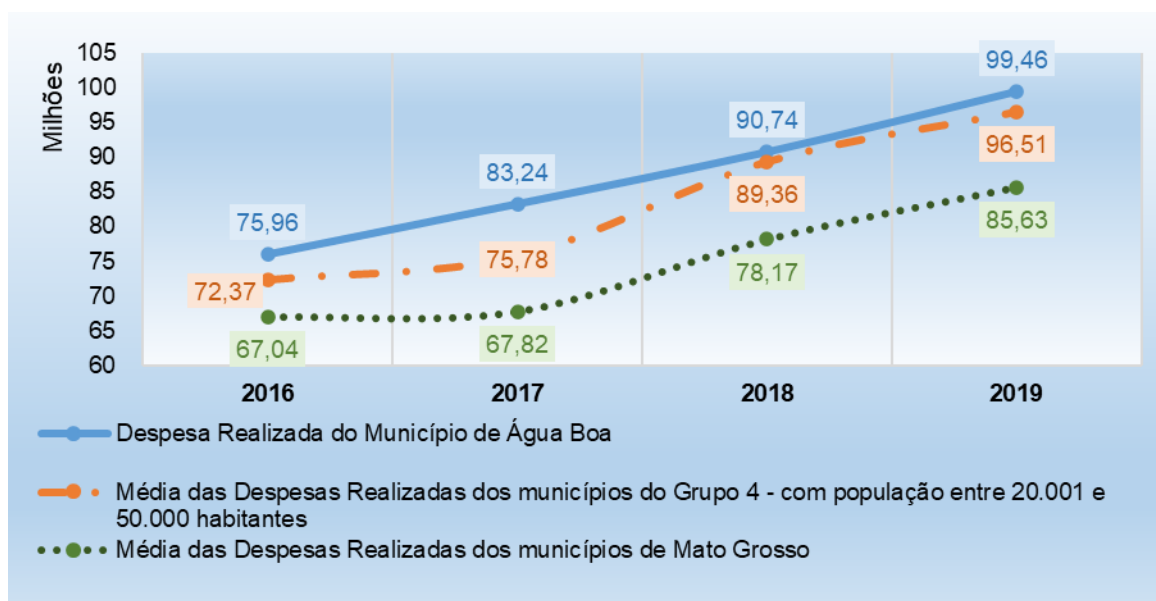
FUNÇÕES	DESPESA AUTORIZADA NA LOA (R\$) - (A)	DESPESA REALIZADA (R\$) - (B)	% (RELATIVO AO TOTAL DA DESPESA REALIZADA)	% (B/A)
01 - Legislativa	3.600.000,00	2.850.000,00	2,87%	79,17%
04 - Administração	16.504.780,00	15.507.383,78	15,59%	93,96%
08 - Assistência Social	2.502.800,00	2.267.076,44	2,28%	90,58%
09 - Previdência Social	8.600.000,00	3.952.780,84	3,97%	45,96%
10 - Saúde	23.985.300,00	24.494.524,35	24,63%	102,12%
12 - Educação	24.596.620,00	27.309.705,33	27,46%	111,03%
13 - Cultura	810.800,00	649.698,36	0,65%	80,13%
15 - Urbanismo	11.564.034,50	13.136.706,55	13,21%	113,60%
16 - Habitação	300,00	0,00	0,00%	0,00%
17 - Saneamento	3.271.820,00	5.905.549,72	5,94%	180,50%
18 - Gestão Ambiental	2.521.110,00	1.496.870,57	1,51%	59,37%
20 - Agricultura	2.482.655,50	1.711.634,22	1,72%	68,94%
22 - Indústria	150.110,00	0,00	0,00%	0,00%
23 - Comércio e Serviços	334.010,00	204.901,99	0,21%	61,35%
25 - Energia	253.000,00	2.276.989,29	2,29%	900,00%
26 - Transporte	2.599.550,00	1.334.156,76	1,34%	51,32%
27 - Desporto e Lazer	1.823.110,00	1.870.216,46	1,88%	102,58%
Reserva de Contingência e RPPS	975.000,00	0,00	0,00%	0,00%
Despesa intraorçamentária	0,00	5.512.297,70	5,54%	
Total da Despesa	106.575.000,00	104.968.194,66	105,54%	98,49%
Total da Despesa (excluído as intraorçamentárias)	106.575.000,00	99.455.896,96	100,00%	93,32%

Fontes: LOA Sistema Aplic. (anexo 13 consolidado e informes das despesas orçamentárias)



38. A série histórica da Despesa Realizada pelo Município de Água Boa, no período de 2016 a 2019, indica crescimento. Portanto, ficou acima da média do Grupo 4 e da média estadual, conforme se pode observar no Gráfico 18:

Gráfico 18 - Evolução das Despesas Realizadas - 2016 a 2019



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

39. A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2016 a 2019, revela aumento, como se observa no Quadro 12:

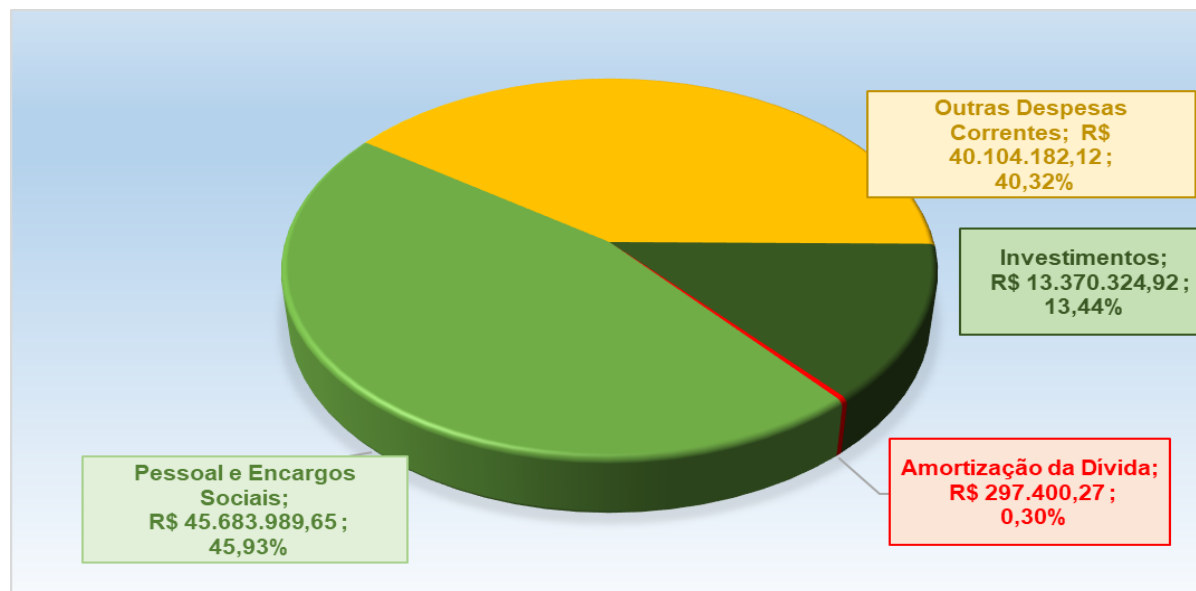
Quadro 12 -Despesas Orçamentárias por Natureza - 2016 a 2019

Grupos de Despesas	2016	2017	2018	2019
Despesas Correntes	65.822.624,20	69.288.003,03	78.108.664,10	85.788.171,77
Pessoal e Encargos Sociais	34.365.649,95	36.205.984,46	41.412.920,07	45.683.989,65
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	31.456.974,25	33.082.018,57	36.695.744,03	40.104.182,12
Despesas de Capital	10.136.265,98	13.954.586,63	12.626.624,88	13.667.725,19
Investimentos	9.299.837,77	13.504.930,76	12.345.921,43	13.370.324,92
Inversão Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	836.428,21	449.655,87	280.703,45	297.400,27
Despesa Intraorçamentária	3.027.505,37	3.472.732,82	4.902.961,54	5.512.297,70
Total da Despesa	78.986.395,55	86.715.322,48	95.638.250,52	104.968.194,66
Total da Despesa (excluído as intraorçamentárias)	75.958.890,18	83.242.589,66	90.735.288,98	99.455.896,96
Variação - %	-	9,59%	9,00%	9,61%
% de variação médio da Despesa		9,40%		

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 15 consolidado) – Atualizado em 03/09/2020



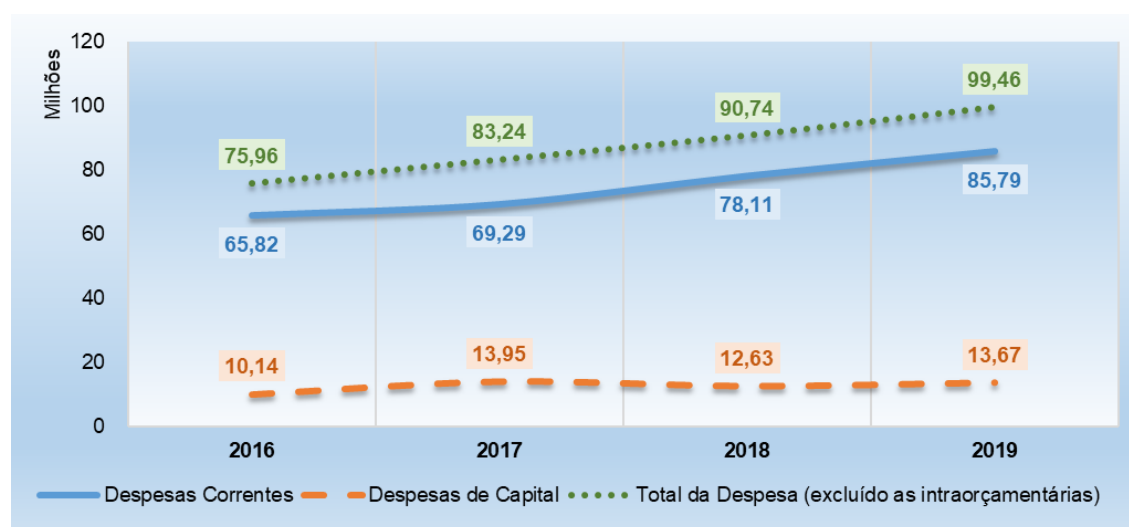
Gráfico 19 - Despesas Realizadas por Natureza - 2019



Fontes: Sistema Aplic – Atualizado em 03/09/2020

40. O Gráfico 19 apresenta a relação das despesas, por natureza, no exercício de 2019. Destaca-se que uma parcela significativa da despesa realizada, de 45,93% (quarenta e cinco inteiros e noventa e três centésimos percentuais), está concentrada em Pessoal e Encargos Sociais.

Gráfico 20 - Histórico das Despesas



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



2.1.2.1. Despesas Correntes:

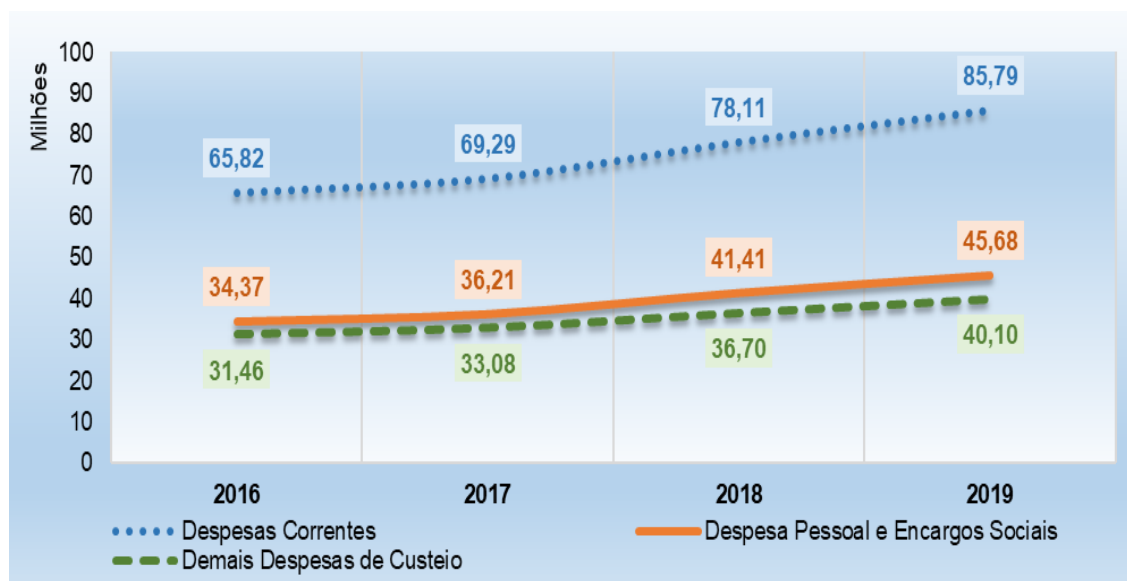
As Despesas Correntes relacionam-se aos gastos de custeio das entidades do setor público com a manutenção de suas atividades, tais como vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, compra de matérias primas e bens de consumo, e transferências a entes públicos.

41. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e demais despesas de custeio compõem os principais itens de despesa objeto desta análise. Em relação às Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, os valores estão considerados em sua totalidade, sem as deduções estabelecidas no § 1º, do art. 19, da Lei de Responsabilidade Fiscal, tais como as indenizações de inativos, de servidores ou empregados, de incentivo a demissões voluntárias e outras, permitindo, assim, uma visão mais ampla da gestão. A evolução registrada no período de 2016 a 2019 pode ser assim demonstrada:

- **Despesas Correntes**, crescimento de **30,33%**.
- **Despesas de Pessoal e Encargos**, crescimento de **32,94%**.
- **Demais Despesas de Custeio**, crescimento de **27,49%**.

42. O Gráfico 21 expressa a evolução das Despesas Correntes:

Gráfico 21 - Evolução das Despesas Correntes - Município - 2016 a 2019

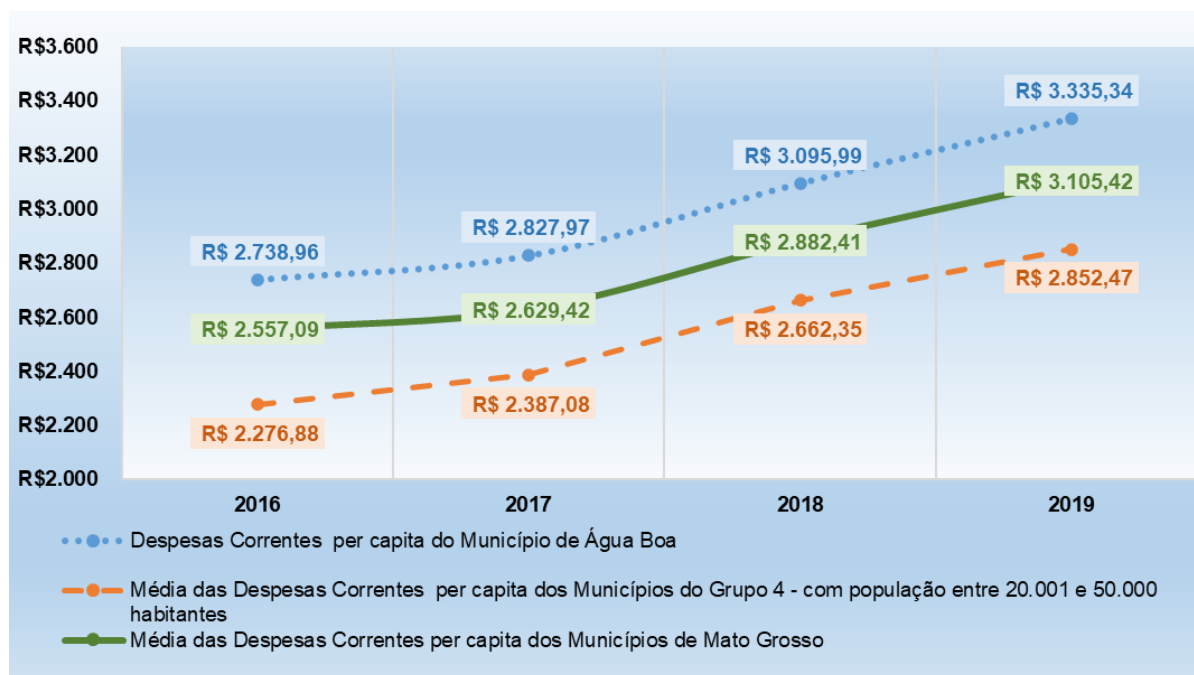


Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



43. O Indicador de Despesa Corrente *per capita* é um dos mecanismos de aferição dos gastos por habitante, Água Boa, no ano de 2019, gastou R\$ 3.335,34/habitante (três mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos), tendo gasto mais, por habitante, do que os municípios do Grupo 4, cuja média foi de R\$ 2.852,47 (dois mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos), Água Boa também ficou acima da média estadual, que teve a média de R\$ 3.105,42 (três mil, cento e cinco reais e quarenta e dois centavos) gastos, por morador.

Gráfico 22 - Evolução das Despesas Correntes *per capita* - 2016 a 2019

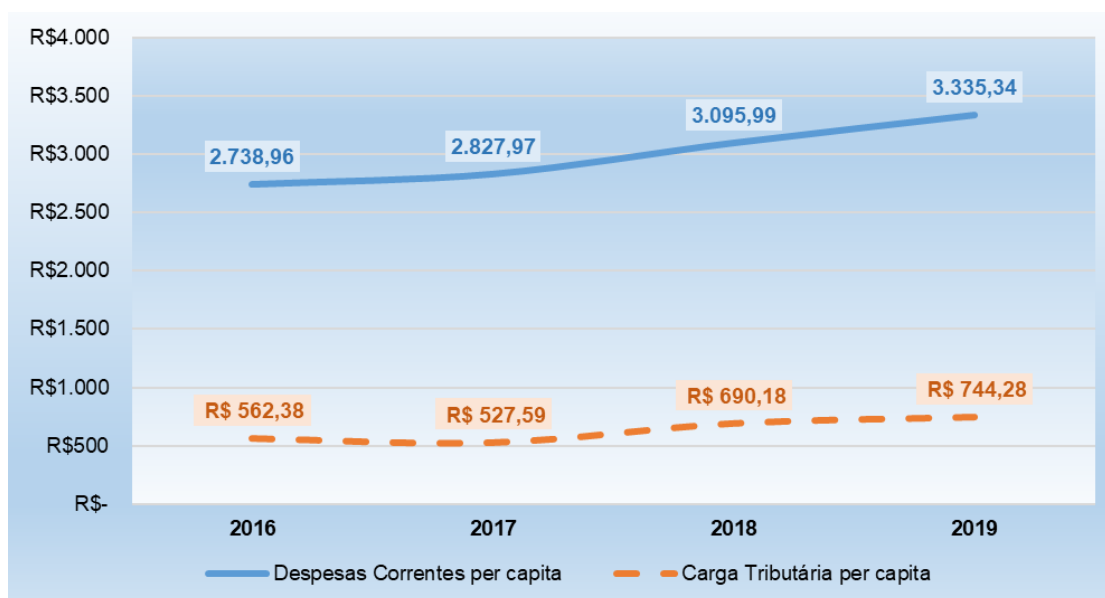


Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

44. As Despesas Correntes *per capita* aumentaram 21,77% (vinte e um inteiros e setenta e sete centésimos percentuais), no período de 2016 a 2019, enquanto a Carga Tributária *per capita* aumentou 32,34% (trinta e dois inteiros e trinta e quatro centésimos percentuais), o que indica melhora no resultado da atual gestão da receita, conforme se evidencia no Gráfico 23:



Gráfico 23 - Despesas Correntes *per capita* x Carga Tributária *per capita* - 2016 a 2019



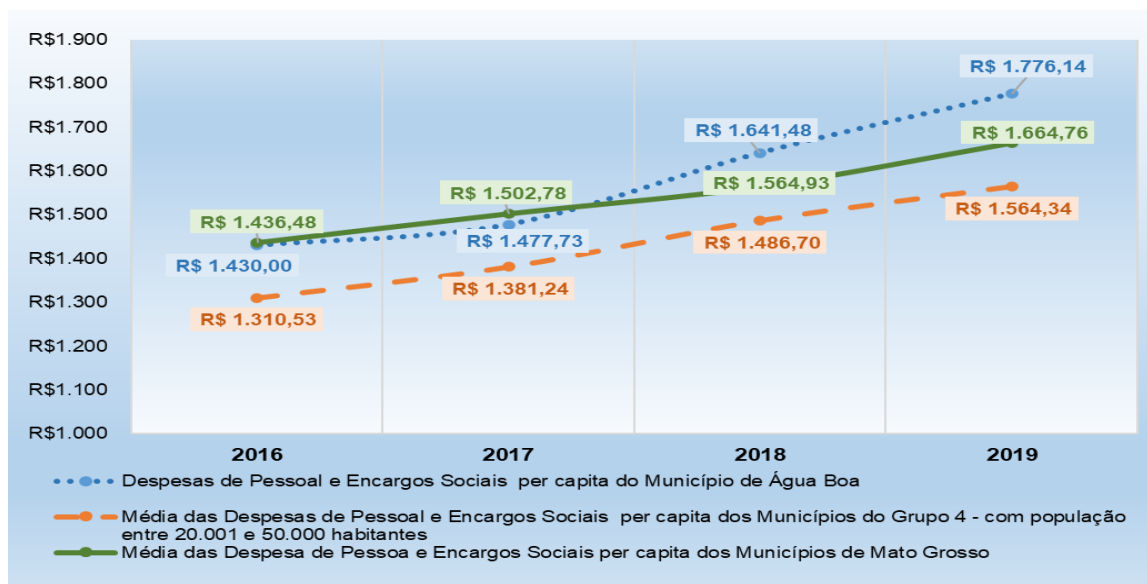
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

45. Além do planejamento orçamentário, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe aos gestores públicos a previsão e efetiva arrecadação dos créditos oriundos de tributos, exigindo excelente capacidade de lançamento e cobrança de débitos, de modo a estabelecer justiça fiscal no município. Tal procedimento é fundamental, não apenas para garantir o cumprimento das despesas contratadas, mas, principalmente, para financiar o desenvolvimento econômico e social, com foco na cidadania.

46. Comparada ao número de habitantes do Município, a Despesa de Pessoal *per capita* cresceu cerca de 24,21% (vinte e quatro inteiros e vinte e um centésimos percentuais), no período de 2016 a 2019. No mesmo período, a média das Despesas de Pessoal *per capita* do Grupo 4 foi de 19,37% (dezenove inteiros e trinta e sete centésimos percentuais) e a média geral mato-grossense, de 15,89% (quinze inteiros e oitenta e nove centésimos percentuais).



Gráfico 24 - Evolução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais *per capita* - 2016 a 2019



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

47. Já a evolução das despesas de pessoal e encargos sociais, entre 2016 e 2019, pode ser melhor compreendida com os desdobramentos apontados no Quadro 13:

Quadro 13 - Despesas 2016 a 2019 - Água Boa

Exercício	2016	2017	2018	2019
% das Despesas com Pessoal	42,04%	46,50%	49,63%	55,47%
Despesas Correntes	R\$ 65.822.624,20	R\$ 69.288.003,03	R\$ 78.108.664,10	R\$ 85.788.171,77
Despesas Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 34.365.649,95	R\$ 36.205.984,46	R\$ 41.412.920,07	R\$ 45.683.989,65
Demais Despesas Correntes	R\$ 31.456.974,25	R\$ 33.082.018,57	R\$ 36.695.744,03	R\$ 40.104.182,12
População (IBGE)	24.032	24.501	25.229	25.721
Despesa de Pessoal per capita - R\$ 1,00	R\$ 1.430,00	R\$ 1.477,73	R\$ 1.641,48	R\$ 1.776,14

Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

2.1.2.1.1. Investimentos

Despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à realização de programas especiais de trabalho e à aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.



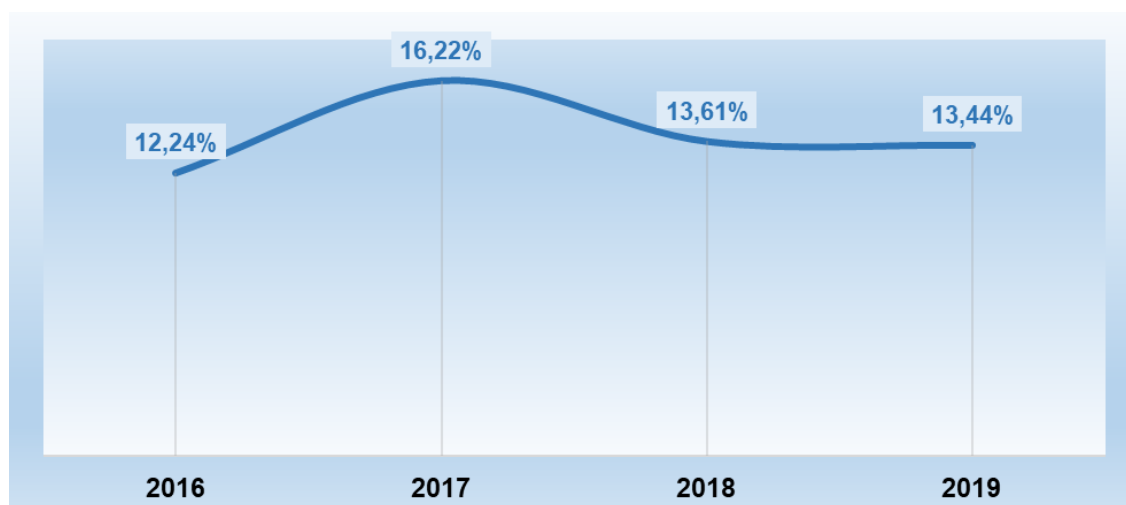
48. A série histórica da despesa com investimento, no período de 2016 a 2019, revela decréscimo no percentual investido nos dois últimos exercícios; conforme se observa no Quadro 14.

Quadro 14 - Despesa de Investimento em Relação à Despesa Total

	2016	2017	2018	2019
Investimento – R\$	9.299.837,77	13.504.930,76	12.345.921,43	13.370.324,92
Despesa Total – R\$	75.958.890,18	83.242.589,66	90.735.288,98	99.455.896,96
% de Investimento/Despesa	12,24%	16,22%	13,61%	13,44%
Despesa com investimento per capita - R\$	386,98	551,20	489,35	519,82
% variação Investimento per capita	-	42,44%	-11,22%	6,23%
R\$ - Média de Despesa com Investimento per capita dos municípios do Grupo 4 - com população entre 20.001 e 50.000 habitantes	217,12	189,20	292,15	289,60
R\$ - Média de Despesa com Investimento per capita dos municípios de MT	268,16	193,85	284,82	321,81

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic - Atualizado em 03/09/2020

Gráfico 25 - Despesa de investimento x Despesa Total



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

49. As despesas liquidadas com investimento, realizadas pelo Município, no exercício de 2019, totalizaram R\$ 7.142.364,89 (sete milhões, cento e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) com a distribuição por função demonstrada no Quadro 15:



Quadro 15 - Despesas Liquidadas com Investimento

FUNÇÕES	Despesas Liquidadas com Investimento	% (RELATIVO AO TOTAL DA DESPESA REALIZADA)
15 - Urbanismo	2.942.250,86	41,19%
04 - Administração	1.798.857,55	25,19%
10 - Saúde	1.056.468,47	14,79%
12 - Educação	528.552,52	7,40%
26 - Transporte	445.069,83	6,23%
27 - Desporto e Lazer	186.762,68	2,61%
18 - Gestão Ambiental	68.900,00	0,96%
17 - Saneamento	53.701,94	0,75%
01 - Legislativa	30.760,78	0,43%
08 - Assistência Social	24.266,38	0,34%
13 - Cultura	3.676,00	0,05%
23 - Comércio e Serviços	2.787,88	0,04%
20 - Agricultura	310,00	0,00%
Total	7.142.364,89	100,00%

Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

3. Resultados da Execução Orçamentária:

50. Comparando a receita estimada com a receita efetivamente arrecadada, verifica-se **excesso** de **1,63%** (um inteiros e sessenta e três centésimos percentuais) na arrecadação. A despesa autorizada, comparada à despesa realizada, apresenta **economia** orçamentária de **17,15%** (dezessete inteiros e quinze centésimos percentuais), conforme demonstra o Quadro 16:

Quadro 16 - Comparativo entre Orçado e Executado - R\$ (excluídas as intraorçamentárias)

Receita Estimada	106.575.000,00	Despesa Autorizada	120.038.525,49
Receita Arrecadada	108.314.678,21	Despesa Realizada	99.455.896,96
Excesso na Arrecadação	1.739.678,21	Economia Orçamentária	20.582.628,53
% da prevista	1,63%	% da autorizada	17,15%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



51. Na comparação das receitas arrecadadas com as despesas executadas do Município de Água Boa, excluídos os valores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), constata-se superávit no resultado orçamentário equivalente a **10,08%** (dez inteiros e oito centésimos percentuais) da receita, considerando os Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme demonstrado no Quadro 17:

Quadro 17 - Resultado Orçamentário

Especificação	Resultado Orçamentário
Receitas Arrecadadas Consolidadas	108.314.678,21
(-) Receita RPPS	6.042.293,53
(+) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior.	3.697.213,27
Total da Receita Arrecadada para fins de Resultado Orçamentário (a)	105.969.597,95
Despesas Realizadas Consolidadas	99.455.896,96
(-) Despesa RPPS	4.163.226,40
Total da Despesa Realizada para fins de Resultado Orçamentário (b)	95.292.670,56
Resultado Orçamentário (Superávit / Déficit) - c=(a - b)	10.676.927,39
Percentual da Receita (c/a)%	10,08%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais –Atualizado em 03/09/2020

52. Ao analisar o histórico da execução orçamentária do Município, entre 2016 e 2019, não considerando os atenuantes da RN 43/2013, verifica-se superávit no resultado orçamentário, conforme demonstrado no Quadro 18:

Quadro 18 - Histórico da Execução Orçamentária - R\$

Descrição	2016	2017	2018	2019
(a) Receita Arrecadada Consolidadas	81.201.776,20	89.217.462,78	95.266.451,19	108.314.678,21
(b) Receita RPPS (-)	4.821.951,52	5.063.821,16	4.759.799,98	6.042.293,53
(c= a-b) Total das Receitas Arrecadadas Ajustadas	76.379.824,68	84.153.641,62	90.506.651,21	102.272.384,68
(d) Despesas Realizadas Consolidadas	75.958.890,18	83.242.589,66	90.735.288,98	99.455.896,96
(e) Despesa RPPS (-)	2.090.507,69	2.581.166,15	3.083.376,86	4.163.226,40
(f= d-e) Total das Despesas Realizadas Ajustadas	73.868.382,49	80.661.423,51	87.651.912,12	95.292.670,56
(g= c-f) Resultado Orçamentário	2.511.442,19	3.492.218,11	2.854.739,09	6.979.714,12

Fonte: Site TCE(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 13 consolidado) – Atualizado em 03/09/2020



Gráfico 26 - Resultado Orçamentário



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

4. Resultado Financeiro (Balanço Patrimonial):

Determina a relação, no curto prazo, entre o montante de recursos disponíveis e o quanto a administração deve pagar. Por curto prazo, entende-se o período menor que um ano calendário.

53. Ao confrontar as disponibilidades com as obrigações financeiras, em 2019, constata-se que o Poder Executivo apresentou suficiência financeira para saldar os compromissos de curto prazo, correspondentes a **188,02%** (cento e oitenta e oito inteiros e dois centésimos percentuais) sobre o total das obrigações; ou seja, dispõe de **R\$ 1,88** (um real e oitenta e oito centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) de obrigações de curto prazo. No resultado consolidado – que abrange as administrações Direta e Indireta, a gestão municipal apresentou disponibilidade financeira de **829,24%** (oitocentos e vinte e nove inteiros e vinte e quatro centésimos percentuais), em relação às obrigações, conforme demonstra o Quadro 19:



Quadro 19 - Resultado Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	CÂMARA + RPPS	PREFEITURA
Ativo Financeiro -R\$	62.187.935,65	48.169.560,85	14.018.374,80
Passivo Financeiro - R\$	7.499.383,43	43.777,05	7.455.606,38
Resultado Financeiro (Superávit / Déficit)	54.688.552,22	48.125.783,80	6.562.768,42
Quociente da Situação Financeira	8,29	1.100,34	1,88
% da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações	829,24%	110033,82%	188,02%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

54. A série histórica do quociente da situação financeira, no período de 2016 a 2019, indica que o Poder Executivo apresentou capacidade financeira suficiente, para honrar seus compromissos de pagamentos imediatos, quando incluídos os restos a pagar não processados, conforme se observa no Gráfico 27:

Gráfico 27 - Quociente da Situação Financeira - Município - 2016 a 2019



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



5. Dívida Pública:

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN)⁵ define a dívida pública como sendo os Compromissos de entidade pública decorrentes de operações de créditos, com o objetivo de atender as necessidades dos serviços públicos, em virtude de orçamentos deficitários, caso em que o governo emite promissórias, bônus rotativos, etc., a curto prazo, ou para a realização de empreendimentos de vulto, em que se justifica a emissão de empréstimo a longo prazo, por meio de obrigações e apólices. Os empréstimos que caracterizam a dívida pública são de curto ou longo prazo. A dívida pública pode ser proveniente de outras fontes, tais como: depósitos (fianças, cauções, cofre de órgãos, etc.), e de resíduos passivos (restos a pagar). A dívida pública classifica-se em consolidada ou fundada (interna ou externa) e flutuante ou não consolidada.

55. A Dívida Pública do Município, em 31/12/2019, totalizava R\$ 9.015.383,79 (nove milhões, quinze mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e nove centavos), constituindo-se de dívidas flutuante e fundada, como está demonstrado no Quadro 20:

Quadro 20 - Dívida Pública

Títulos	Saldo Exercício 2018 - R\$	Movimentação no Exercício - R\$		Saldo em Dez/19 - R\$
		Inscrição	Pagamento/Cancelamento	
DÍVIDA FLUTUANTE	4.273.759,07	18.944.348,49	15.718.724,13	7.499.383,43
Restos a Pagar – Processado	119.774,20	258.473,96	113.920,81	264.327,35
Restos a Pagar – Não Processado	4.069.028,92	6.754.198,80	3.685.737,04	7.137.490,68
Depósitos e consignações	84.955,95	11.931.675,73	11.919.066,28	97.565,40
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	1.491.924,62	321.476,01	297.400,27	1.516.000,36
Refinanciamento da Dívida com a União	994.983,32	0,00	110.165,38	884.817,94
RPPS	224.659,77	0,00	62.021,79	162.637,98
INSS	272.281,53	0,00	64.530,83	207.750,70
Parcelamento INSS	0,00	321.476,01	60.682,27	260.793,74
TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	5.765.683,69	19.265.824,50	16.016.124,40	9.015.383,79

Fontes: Sistema Aplic (prestação de contas), restos a pagar – Atualizado em 03/09/2020

56. A série histórica do saldo da Dívida Pública, no período de 2016 a 2019, demonstra crescimento, exceto em 2017, conforme se observa no Quadro 21:

⁵ http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp



Quadro 21 - Saldo da Dívida Pública - 2016 a 2019

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019
Saldo da Dívida Pública	5.293.121,99	3.682.956,99	5.765.683,69	9.015.383,79
Variação %	-	-30,42%	56,55%	56,36%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

Gráfico 28 -Saldo da Dívida Pública



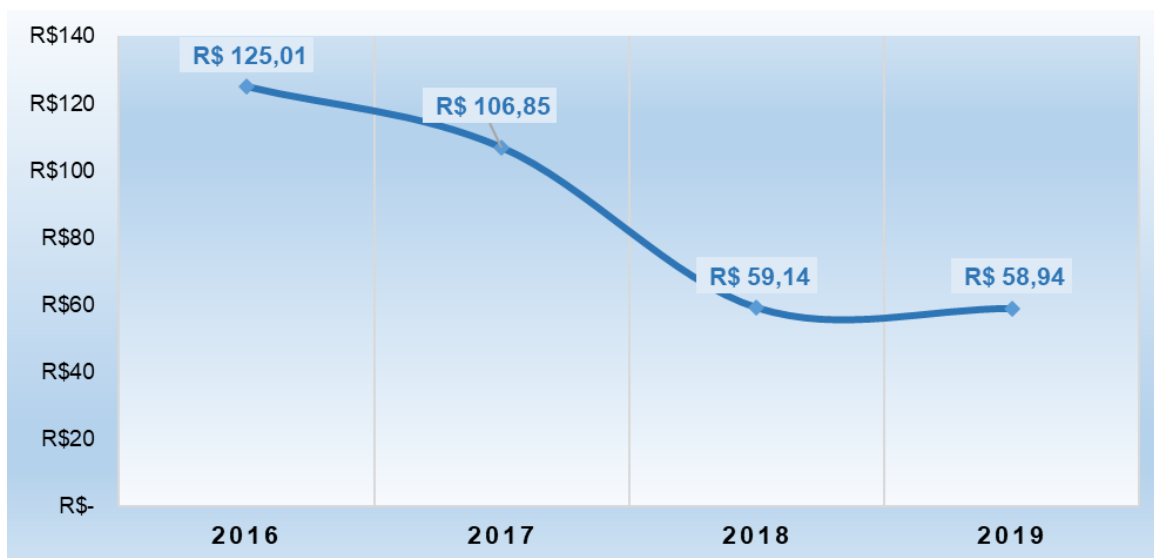
Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

5.1. Dívida Fundada *per capita*

57. No período de 2016 a 2019, a Dívida Fundada *per capita* de Água Boa apresentou redução e atingiu o maior montante no exercício de 2016, tendo apresentado decréscimo na ordem de 52,85% (cinquenta e dois inteiros e oitenta e cinco centésimos percentuais), nesse período.



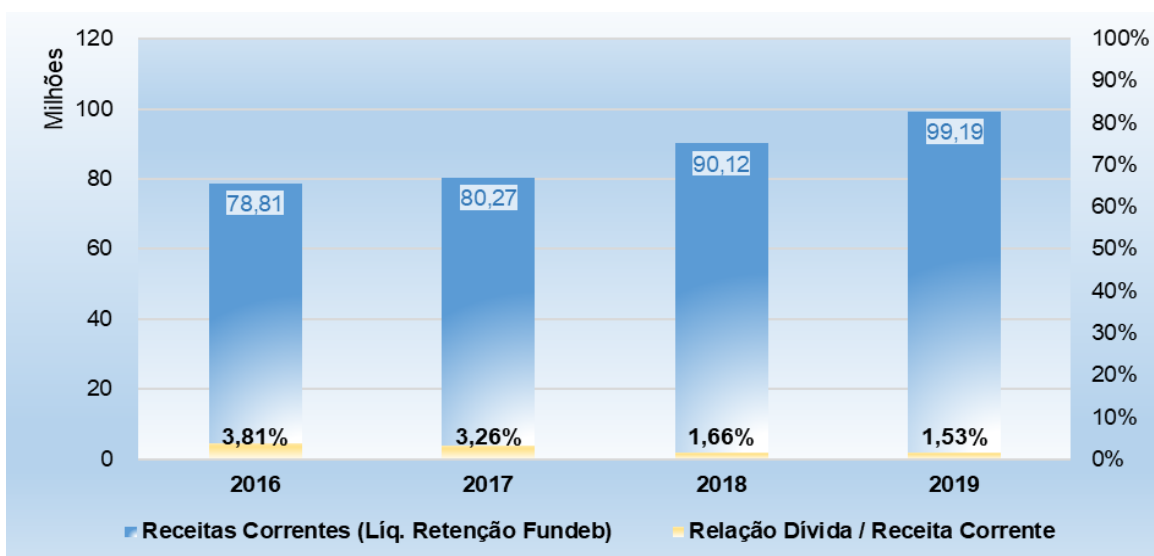
Gráfico 29 - Indicador de Dívida Fundada *per capita* em Reais - Município - 2016 a 2019



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

58. Ao estudar a relação Estoque da Dívida Pública/Receita Corrente, verifica-se redução no período de 2016 a 2019. Esse indicador apresentou o menor percentual no exercício de 2019, de 1,53%, (um inteiros e cinquenta e três centésimos percentuais), e o maior em 2016, 3,81% (três inteiros e oitenta e um centésimos percentuais).

Gráfico 30 - Relação Dívida Fundada / Receita Corrente



Fonte: Sistema Aplic – Atualizado em 03/09/2020



6. Limites Constitucionais e legais:

6.1. Educação

6.1.1. Aplicação na Educação (art. 212, da C.F.)

59. A Administração Municipal aplicou, durante o exercício de 2019, o montante de **R\$ 19.010.814,75** (dezenove milhões, dez mil, oitocentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos) na **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, correspondentes a **31,8%** (trinta e um inteiros e oitenta centésimos percentuais) do total da receita proveniente de impostos municipais e das transferências, estadual e federal.

60. A base de cálculo para obtenção dos percentuais constitucionais destinados à Educação teve a seguinte formação discriminada nos Quadros 22 e 23:

Quadro 22 - Receitas com Percentual Vinculado à Educação

	Relator
Receita Tributária	12.348.067,26
IPTU	3.916.882,10
ITBI	1.896.236,24
ISSQN	6.534.948,92
Transferências Correntes	45.424.132,90
Cota-Parte do ICMS	20.309.721,60
Cota-Parte do IPI/EXT	113.392,15
Cota-Parte do IPVA	3.257.569,56
Cota-Parte do FPM	17.761.318,76
Cota-Parte do ITR	3.982.130,83
Outras Receitas	1.992.457,56
Receita da Dívida Ativa dos Impostos	1.415.003,92
Juros e multas provenientes de Impostos	61.927,39
Juros e multas referentes à Dívida Ativa Tributária	515.526,25
Base de Cálculo	59.764.657,72
Valor Mínimo (25%) (Art. 212, CF)	14.941.164,43
TOTAL APLICADO EM 2019 (R\$)	19.010.814,75
TOTAL APLICADO EM 2019 (%)	31,80%

Fonte: [Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020](#)



Quadro 23 - Despesas Realizadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Despesas	Relator
Despesas liquidadas na educação	10.620.245,34
(+) Liquidação de restos a pagar não processados do Ensino inscritos em exercícios anteriores, exceto as de convênios, programas e FUNDEB Função 12. Fontes de recursos 00 e 01 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. Elementos diferentes de 01, 03, 91 e 97.	525.970,53
(-) Outras despesas liquidadas que não se enquadram com a manutenção e desenvolvimento do Ensino	-1.041.674,22
(+) Despesas liquidadas do FUNDEB além do montante recebido da transferência mais rendimentos financeiros e créditos adicionais abertos por superávit financeiro dos recursos do Fundeb. Função 12. Fontes de recursos 18 e 19	125.618,73
(+) Retenção FUNDEB (15%)	8.780.654,37
Valor Aplicado na manutenção do ensino	19.010.814,75
Percentual Aplicado	31,80%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

61. A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2016 a 2019, indica que a Administração Municipal de Água Boa vem cumprindo a exigência constitucional, como se pode observar no Quadro 24:

Quadro 24 - Aplicação na Educação (art. 212 CF) - 2016 a 2019

Ano	2016	2017	2018	2019
Valor Mínimo Fixado	25,00%			
Aplicado	35,64%	34,70%	34,40%	31,80%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

Gráfico 31 - % Aplicado na Educação

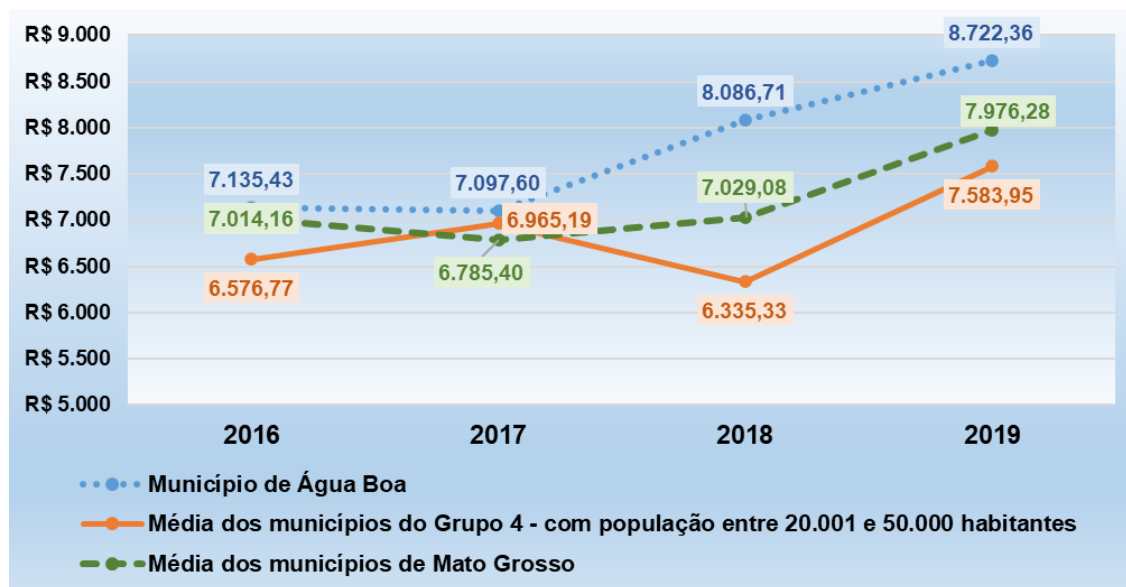


Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



62. O gráfico 32 demonstra o investimento em educação, por aluno, feito pelo Município de Água Boa. Nos anos de 2016 a 2019, o município manteve-se acima da média dos municípios do Grupo 4, e dos municípios de Mato Grosso.

Gráfico 32 - Investimentos em Educação por Aluno - 2016 a 2019



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

6.1.2. Contribuição e Receitas na Educação Básica

63. A contribuição para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB alcançou o montante de **R\$ 8.780.654,37** (oito milhões, setecentos e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos). A receita proveniente do Fundo totalizou **R\$ 13.162.588,88** (treze milhões, cento e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), nos termos da Lei n.º 11.494/2007.

Quadro 25 - Contribuição e Receitas do FUNDEB

DESCRIÇÃO	BALANÇO (R\$)
Receita do FUNDEB	13.162.588,88
Retenção - FUNDEB	8.780.654,37
Diferença	4.381.934,51

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais)



6.1.3. Recursos do FUNDEB gastos com Remuneração dos Profissionais da Educação:

64. Dos recursos recebidos em razão do FUNDEB, **72,1%** (setenta e dois inteiros e dez centésimos percentuais) foram utilizados na remuneração dos profissionais/professores da rede pública de ensino.

Quadro 26 - Cálculo do Limite Constitucional da Remuneração dos Profissionais do Magistério

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas do FUNDEB + Rendimento Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	13.173.854,68
Valor total - salário de professores	9.498.599,97
Aplicação Mínima de 60% (Art. 22 - Lei 11.494/2007)	72,10%

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais)

65. Ao pesquisar a série histórica da remuneração dos profissionais do Magistério, no período de 2016 a 2019, é possível concluir que o Município investiu em percentual superior ao estabelecido em lei na remuneração dos educadores, está ilustrado no Quadro 27:

Quadro 27 - Remuneração dos Profissionais do Magistério (%) - 2016 a 2019

HISTÓRICO – REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO				
Ano	2016	2017	2018	2019
Valor mínimo fixado	60,00%			
Aplicado	80,95%	65,24%	82,15%	72,10%

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais)

Gráfico 33 - % Aplicado na Remuneração do Magistério



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



6.2. Saúde:

66. Água Boa aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde, em 2019, o montante de **R\$ 12.924.321,85** (doze milhões, novecentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e um reais e oitenta e cinco centavos), correspondentes a **22,15%** (vinte e dois inteiros e quinze centésimos percentuais) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os art. 158 e 159, inciso I, alínea "b", e § 3º, todos da Constituição da República.

Quadro 28 - Receitas com Percentual Vinculado à Saúde

	Relator
Receita Tributária	12.348.067,26
IPTU	3.916.882,10
ITBI	1.896.236,24
ISSQN	6.534.948,92
Transferências Correntes	44.008.187,34
Cota-Parte do ICMS	20.309.721,60
Cota-Parte do IPI/EXT	113.392,15
Cota-Parte do IPVA	3.257.569,56
Cota-Parte do FPM	16.345.373,20
Cota-Parte do ITR	3.982.130,83
Outras Receitas	1.992.457,56
Receita da Dívida Ativa dos Impostos	1.415.003,92
Juros e multas provenientes de Impostos	61.927,39
Juros e multas referentes à Dívida Ativa Tributária	515.526,25
BASE DE CÁLCULO	58.348.712,16
Percentual Mínimo (15 %)	8.752.306,82
TOTAL APLICADO EM 2019 (R\$)	12.924.321,85
TOTAL APLICADO EM 2019 (%)	22,15%
Estimativa de População do Município - IBGE – 2019	25.721
Despesa com Saúde (por habitante)	502,48

Fontes: IBGE e Site TCE MT(Contas Anuais)

Quadro 29 - Despesas Realizadas com a Saúde - R\$

DESPESAS	Relator
Despesas empenhadas em Saúde no exercício. Função 10. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5.	12.924.321,85
Valor Aplicado na Saúde	12.924.321,85
Percentual Aplicado	22,15%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



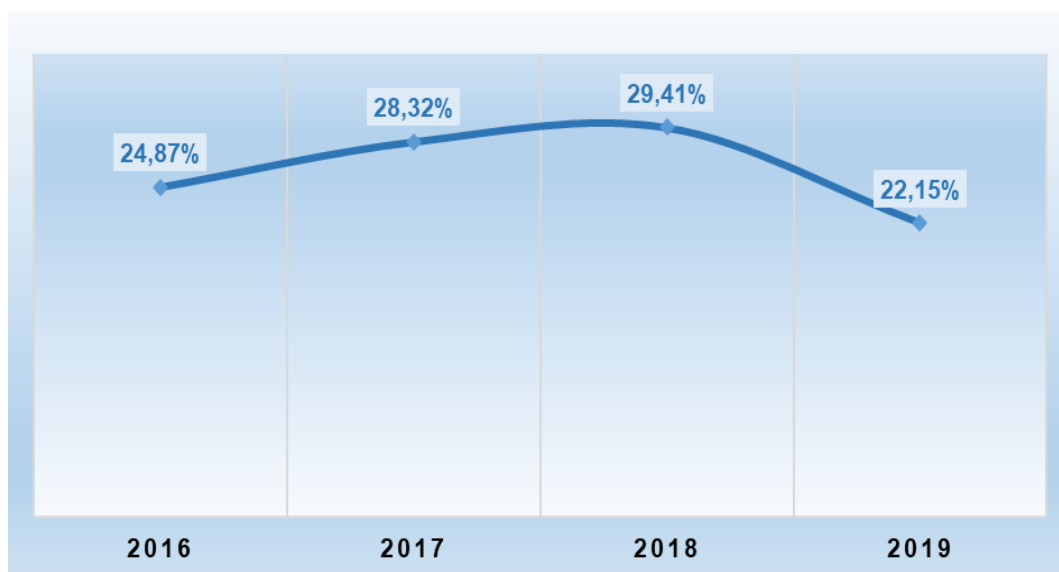
67. Os gastos com ações e serviços públicos de saúde, no período de 2016 a 2019, atenderam à exigência constitucional e superaram o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado no Quadro 30:

Quadro 30 - Gastos com Saúde (%) - 2016 a 2019

Ano	2016	2017	2018	2019
Valor mínimo fixado	15,00%			
Aplicado	24,87%	28,32%	29,41%	22,15%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

Gráfico 34 - % Aplicado na Saúde

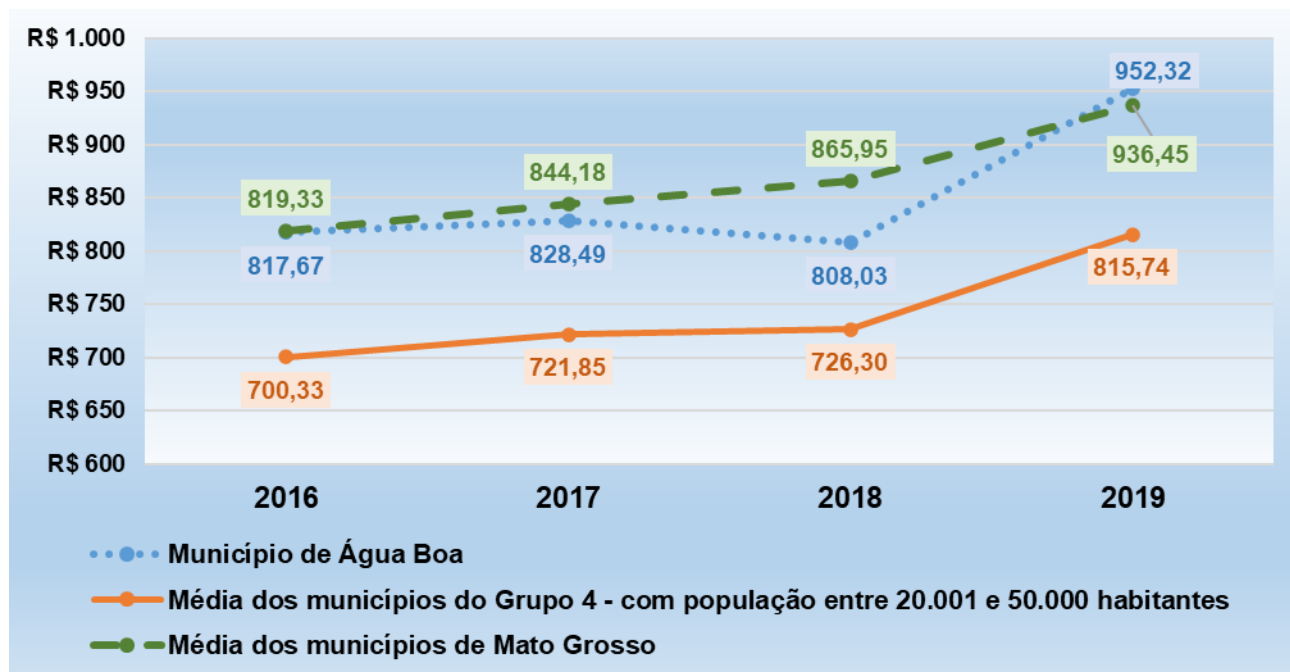


Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

68. A série histórica da despesa realizada com saúde *per capita* pelo Município de Água Boa, no período de 2016 a 2019, indica crescimento, exceto em 2018. Ficando acima da média do Grupo 4 e abaixo da média estadual, exceto em 2019, conforme se pode observar no Gráfico 35:



Gráfico 35 - Despesa com Saúde *per capita* - 2016 a 2019



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

6.3. Gasto com Pessoal:

6.3.1. Despesa com Pessoal do Poder Executivo

69. A despesa total com pessoal do Poder Executivo foi de **R\$ 47.715.930,44** (quarenta e sete milhões, setecentos e quinze mil, novecentos e trinta reais e quarenta e quatro centavos), correspondentes a **51,23%** (cinquenta e um inteiros e vinte e três centésimos percentuais) do total da Receita Corrente Líquida, conforme Quadro 31:



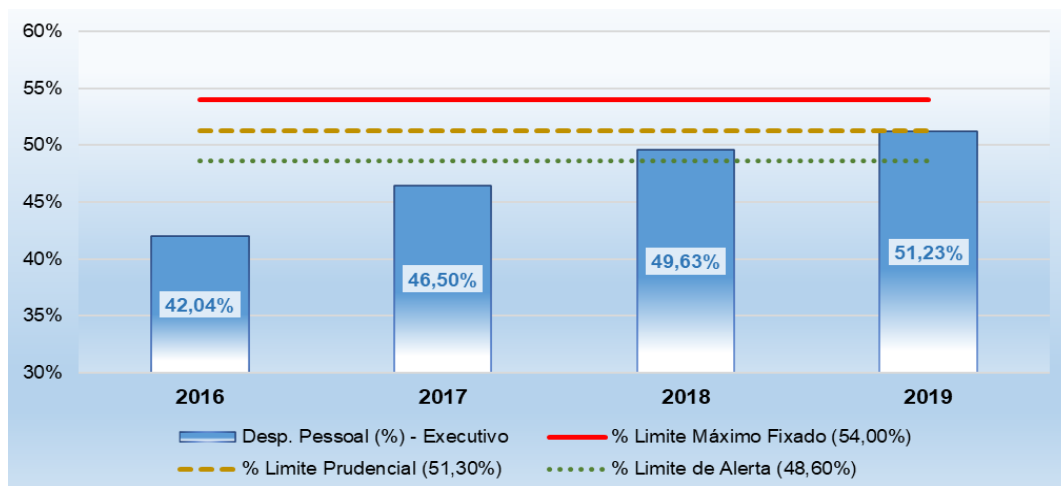
Quadro 31 - Base de Cálculo: Pessoal - RCL

	Balanco
Impostos, Taxas e Contribuições	20.658.865,63
IPTU	6.938.720,64
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.997.629,76
ITBI	1.896.308,30
ISSQN	6.992.552,54
Simplex Nacional	4.013,46
TAXAS	1.829.640,93
Receita de Contribuições	4.793.614,32
Receita Patrimonial	3.911.210,54
Receita de Serviços	4.664.052,54
Transferências Correntes	74.236.018,68
Transferências da União	32.557.141,10
Cota-Parte do FPM	16.345.373,20
Cota-Parte do ITR	3.982.130,83
Outras Transferências	12.229.637,07
Transferências do Estado	28.516.288,70
Cota-Parte do ICMS	20.309.721,60
Cota-Parte do IPVA	3.257.569,56
Cota-Parte do IPI/Exportação	113.392,15
Demais Transferências do Estado	4.835.605,39
Transferência FUNDEB	13.162.588,88
Outras Receitas	1.223.511,69
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	24.752,35
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.148.594,81
Demais Receitas Correntes	50.164,53
Deduções	10.295.937,60
FUNDEB	8.780.654,37
Outras Deduções	1.515.283,23
DEDUÇÕES - RPPS (segurado); Receita da compensação financeira entre regimes previdenciários	2.457.985,75
DEDUÇÕES - Receita de Aplicação Financeira do RPPS – (Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017)	3.584.307,78
BASE DE CÁLCULO - RCL	93.149.042,27
GASTO MÁXIMO COM PESSOAL (54%)	50.300.482,83
Total Gasto com Pessoal em 2019	47.715.930,44
Percentual gasto com Pessoal em 2019	51,23%
Habitantes no município	25.721
Receita Corrente Líquida por Habitante	3.621,52

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



Gráfico 36 - % Aplicado com Despesa de Pessoal do Poder Executivo



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

6.3.2. Despesa com Pessoal do Município

70. O município aplicou o total de 53,43% (cinquenta e três inteiros e quarenta e três centésimos percentuais) da Receita Corrente Líquida na despesa total com pessoal do município, que corresponde ao valor de R\$ 49.772.971,49 (quarenta e nove milhões, setecentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta e um reais e quarenta e nove centavos). Os percentuais aplicados ficaram dentro do limite máximo de 60% (sessenta por cento), fixado pelo art. 19, inc. III da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, como demonstrado nos Quadros 32 e 33:

Quadro 32 - Despesa com Pessoal - Consolidado

Descrição	R\$ - Balanço
1 – Despesa Bruta com Pessoal (A)	53.783.097,09
1.1 – Pessoal Ativo	50.046.579,37
1.2 – Pessoal Inativo e Pensionista	3.677.017,72
2- Despesas não Computadas (B)	4.010.125,60
2.1 – Despesas de Exercícios anteriores	59.500,00
2.2 – Inativo e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.950.625,60
Despesa Total com Pessoal C =(A - B)	49.772.971,49

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



Quadro 33 - Despesa com Pessoal do Município (%)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	% DA RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	93.149.042,27	-
LIMITE LEGAL - 60% da RCL	55.889.425,36	60,00%
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	49.772.971,49	53,43%
Executivo (Limite máximo: 54%)	47.715.930,44	51,23%
Legislativo (Limite máximo: 6%)	2.057.041,05	2,21%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

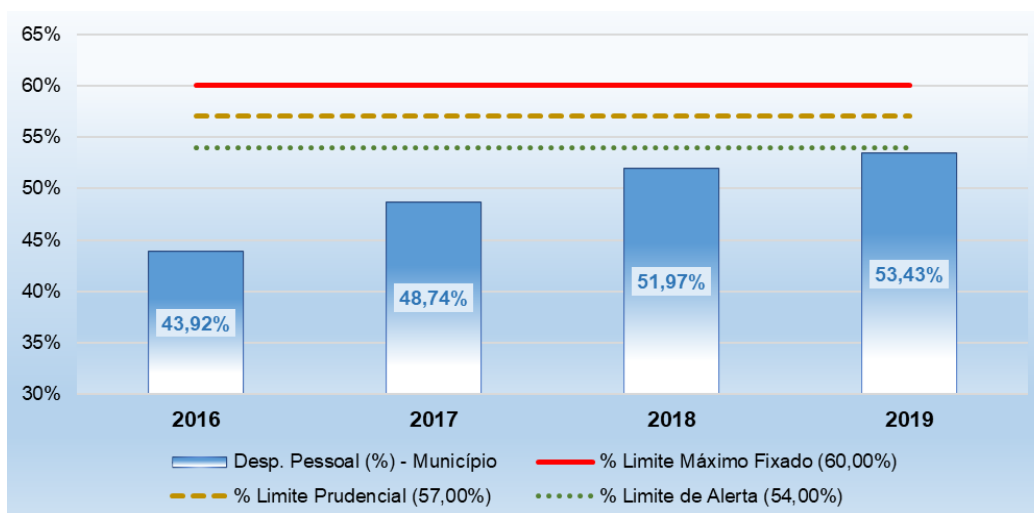
71. A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida, no período de 2016 a 2019, manteve-se abaixo do valor máximo permitido. Com relação ao percentual dos gastos com pessoal do município, no mesmo período, o resultado situou-se abaixo do limite máximo, conforme se observa no Quadro 34:

Quadro 34 - Histórico de Despesa com Pessoal (%) - 2016 a 2019

Ano	2016	2017	2018	2019
% máximo fixado (Executivo)	54,00%			
Aplicação - Executivo	42,04%	46,50%	49,63%	51,23%
%r máximo fixado (Município)	60,00%			
Aplicação - Município	43,92%	48,74%	51,97%	53,43%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

Gráfico 37 - % Aplicado com Despesa de Pessoal do Município

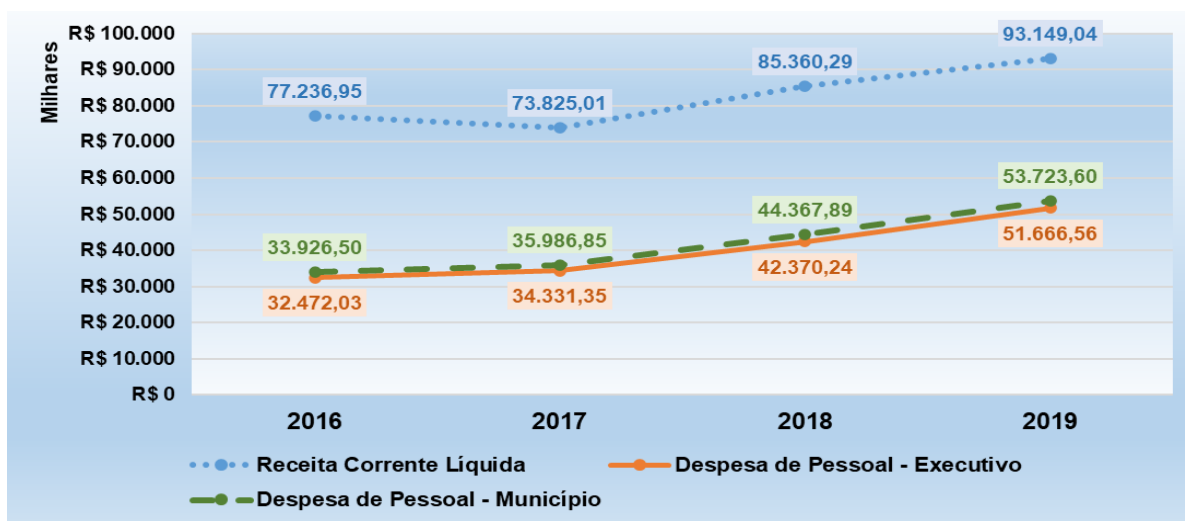


Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



72. A série histórica da Receita Corrente Líquida e da Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do município no período de 2016 a 2019, está demonstrada no Gráfico 38.

Gráfico 38 - Evolução da Receita Corrente Líquida e Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do Município



Fonte: Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

6.4. Repasse ao Poder Legislativo:

73. O Poder Executivo repassou à Câmara Municipal o montante de **R\$ 3.600.000,00** (três milhões, seiscentos mil reais), equivalente a **6,17%** (seis inteiros e dezessete centésimos percentuais) da receita base arrecadada no exercício anterior, situando-se, portanto, dentro do limite constitucional, que é de **7%** (sete por cento).

Quadro 35 - Repasse para o Legislativo - Art.29-A, CF/88

Receita Base (R\$)	Repasse (R\$)	% sobre a Receita Base	Limite Máximo	Situação
58.283.852,07	3.600.000,00	6,17%	7,00%	Regular

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

74. A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2016 a 2019, manteve-se abaixo do limite máximo permitido, conforme se observa no Quadro 36:



Quadro 36 - Repasse para o Legislativo (%) - 2016 a 2019

	2016	2017	2018	2019
Valor máximo fixado	7,00%			
% repassado	4,50%	6,25%	5,62%	6,17%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

6.5. Síntese da Observância dos Principais Limites

75. O Quadro 37 sintetiza os percentuais alcançados:

Quadro 37 - Principais Limites Constitucionais e Legais alcançados

Objeto	Norma	Limite Previsto	Percentual Alcançado
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	CF: Art. 212	Mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.	31,80%
Ações e Serviços de Saúde	CF: art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT	Mínimo de 15% da receita de impostos refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal	22,15%
Despesa Total com Pessoal do Município	LRF: Art. 19, III	Máximo de 60% sobre a RCL	53,43%
Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo	LRF: Art. 20, III, b	Máximo de 54% sobre a RCL	51,23%
Repasse ao Poder Legislativo	CF: Art. 29-A	Máximo de 7% sobre a Receita Base	6,17%
Remuneração do Magistério	Lei 11.494/2007: Art. 22	Mínimo de 60% dos recursos do FUNDEB	72,10%

7. Aspectos Previdenciários

7.1. Resultado de Execução Orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

76. O financiamento dos regimes próprios é realizado por meio de contribuições dos servidores e do Ente Público. Também, deve basear-se em princípios técnicos para a preservação de seu equilíbrio financeiro e atuarial, para garantir o pagamento dos benefícios futuros devidos por eles aos seus beneficiários/segurados.



77. O equilíbrio financeiro é obtido quando o que se arrecada dos participantes do regime previdenciário (Ente Federativo e seus respectivos servidores) é suficiente para pagar os benefícios assegurados por esse sistema. Por sua vez, o equilíbrio atuarial é alcançado quando os percentuais de contribuição, a taxa de reposição e o período de duração dos benefícios são definidos a partir dos cálculos atuariais, que devem ser observados pelo Ente, mantiverem o equilíbrio financeiro durante todo o período de existência do regime de previdência.

78. Na comparação das receitas arrecadadas com as despesas executadas pelo RPPS, no período de 2016 a 2019, constata-se superávit no resultado orçamentário. Ao excluir as receitas intraorçamentárias, o resultado de execução orçamentária do RPPS apresenta superávit no resultado orçamentário, conforme demonstrado no Quadro 38:

Quadro 38 - Resultado da Execução Orcamentária - RPPS

Resultado da Execução Orcamentária - RPPS				
	2016	2017	2018	2019
Receita Própria RPPS (a)	4.821.951,52	5.063.821,16	4.759.799,98	6.042.293,53
Receita Intraorçamentária (b)	2.864.900,96	3.760.897,40	4.858.427,71	5.629.503,84
Receita Orcamentária RPPS - c = (a+b)	7.686.852,48	8.824.718,56	9.618.227,69	11.671.797,37
Despesa Orcamentária RPPS (d)	2.090.507,69	2.581.166,15	3.083.376,86	4.163.226,40
Resultado Orcamentário - e = (c-d)	5.596.344,79	6.243.552,41	6.534.850,83	7.508.570,97
% da Receita - f = (e/c)	72,80%	70,75%	67,94%	64,33%
Resultado da Execução Orcamentária - RPPS (Excluída Rec. Intraorçamentária)				
Receita Própria RPPS (g)	4.821.951,52	5.063.821,16	4.759.799,98	6.042.293,53
Despesa Própria RPPS (h)	2.090.507,69	2.581.166,15	3.083.376,86	4.163.226,40
Resultado Orcamentário - i=(g-h)	2.731.443,83	2.482.655,01	1.676.423,12	1.879.067,13
% da Receita - j=(i/g)	56,65%	49,03%	35,22%	31,10%

Fonte: Sistema Aplic – Atualizado em 03/09/2020

7.2. Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos Efetuados

79. O caput do art. 40 e o inc. I do art. 195 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado regime de previdência de caráter contributivo e



solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, e serão observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, bem como o disposto no artigo supracitado. Além disso, o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

80. De acordo com a referida legislação, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e que o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso no recolhimento das contribuições patronais e dos segurados, é sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.

81. Desta forma, ficou constatado a adimplência das contribuições previdenciárias, exercício de 2019, bem como, a existência de parcelamento do Ente pactuado com a Unidade Previdenciária.

8. Indicadores

8.1. Carga Tributária *per capita*

82. O indicador de Carga Tributária *per capita* aponta a contribuição de cada habitante para o financiamento do setor público no Município. Em 2019, a Carga Tributária *per capita* de Água Boa, que é de R\$ 744,28 (setecentos e quarenta e quatro reais e vinte e oito centavos), esteve acima da média dos municípios do Grupo 4, R\$ 545,73 (quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos) e acima da média dos municípios mato-grossenses, R\$ 712,94 (setecentos e doze reais e noventa e quatro centavos).

83. Considero legítima a tese de que quanto maior a eficácia tributária, em que a administração pública conjuga o exercício da competência de instituir com o dever de



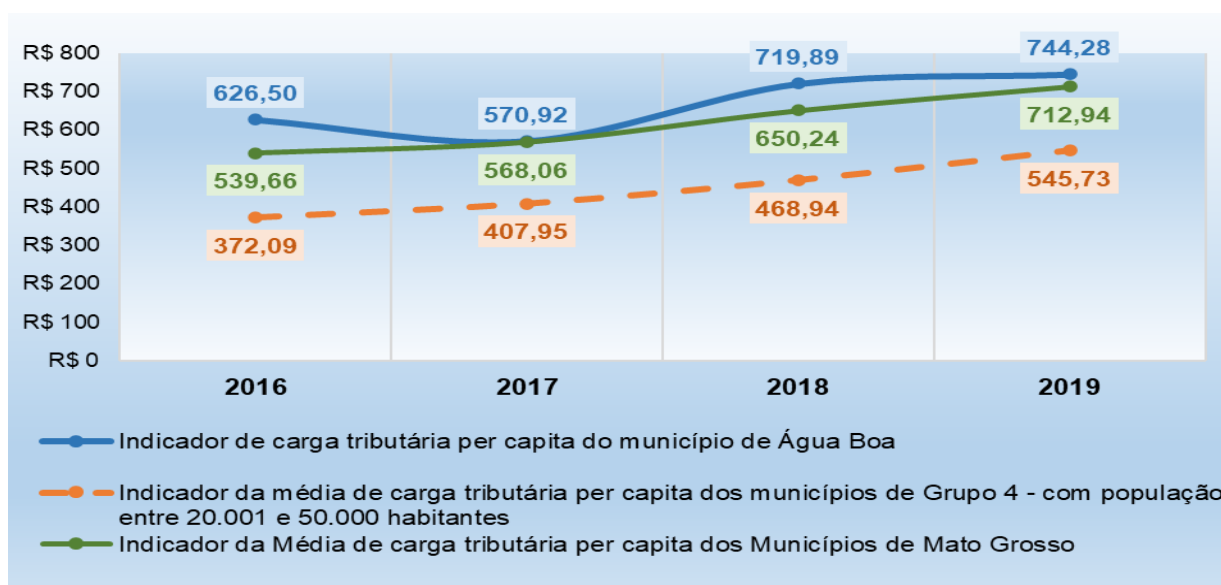
arrecadar o tributo, maior será a possibilidade de promoção da justiça fiscal.

84. Penso, inclusive, que a expressiva distância entre a menor e a maior carga demonstrada nesse ranking merece atenção por parte dos governos municipais, para verificar a relação existente entre seus indicadores de carga e os indicadores de eficácia tributária.

85. O tema envolve grande complexidade e este não é o instrumento adequado ou mesmo oportuno, para o seu estudo. Entretanto, sob a ótica do cidadão, a carga tributária ideal é aquela em que rigorosamente todo indivíduo contribui, no limite da sua capacidade, para que a arrecadação seja suficiente para realizar os serviços e os investimentos necessários ao bom desempenho das políticas públicas.

86. Em valores atualizados pelo IPCA, esses indicadores demonstram que o Município de Água Boa, apesar de estar acima das média do Grupo 4 e da estadual, implementou políticas para o aumento da arrecadação de Receita Própria Tributária, no período de 2016 a 2019, tendo aumentado em **18,8%** (dezoito inteiros e oitenta centésimos percentuais) a Carga Tributária *per capita*, como se pode observar no Gráfico 39.

Gráfico 39 - Indicador de Carga Tributária *per capita* - 2016 a 2019



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

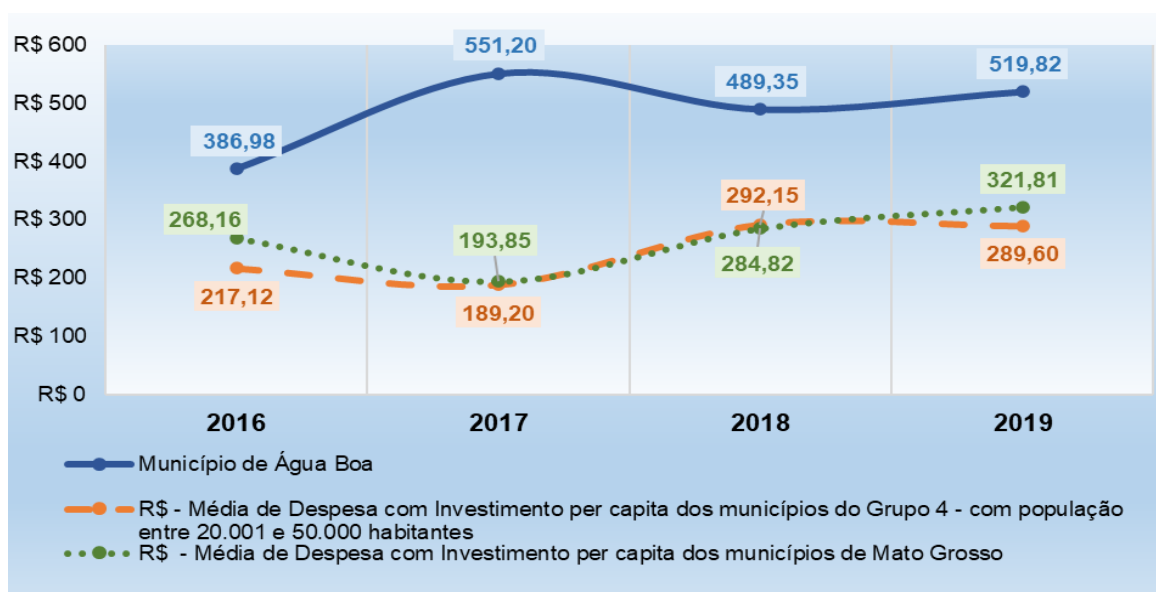


8.2. Investimento *per capita*

87. Nesse indicador, Água Boa obteve resultado superior ao da média dos municípios do Grupo 4, **R\$ 289,60** (duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), apresentando resultado de **R\$ 519,82** (quinhentos e dezenove reais e oitenta e dois centavos) de investimento *per capita*; o resultado ficou também acima da média dos municípios de mato-grossenses que é **R\$ 321,81** (trezentos e vinte e um reais e oitenta e um centavos).

88. O Gráfico 40 demonstra os valores de investimento, pelo município, *per capita*, no período de 2016 a 2019.

Gráfico 40 - Despesa com Investimento *per capita* - 2016 a 2019

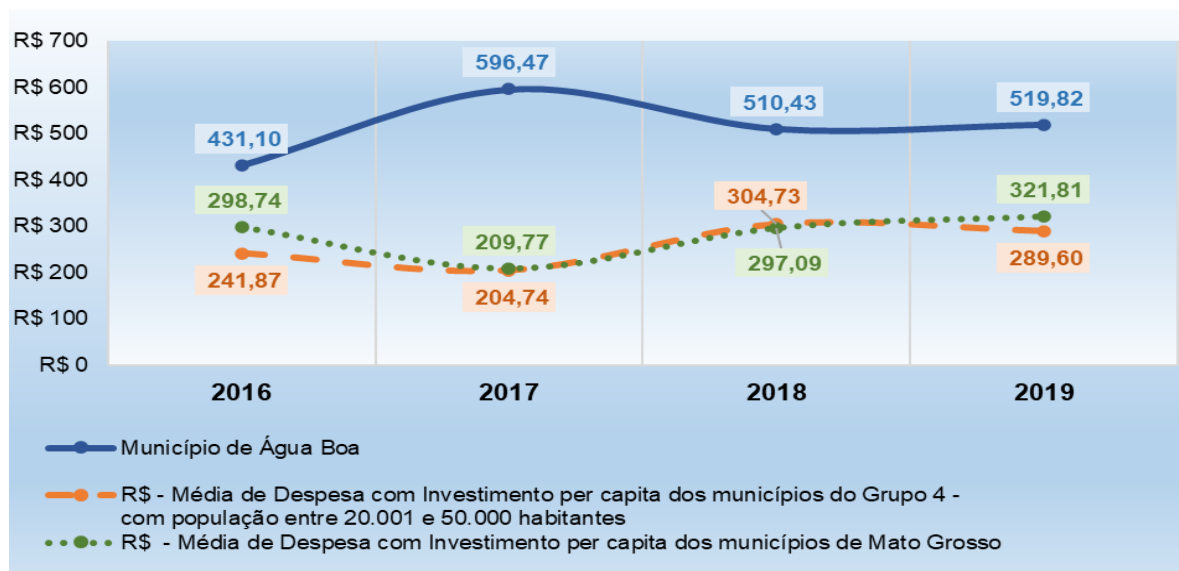


Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020

89. Em valores atualizados pelo IPCA, esses indicadores demonstram que houve oscilação nos índices de investimento *per capita*; o ápice ocorreu no exercício de 2017; quando foram aplicados **R\$ 596,47** (quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos). Nesse período, o acréscimo no investimento *per capita* foi de **20,58%** (vinte inteiros e cinquenta e oito centésimos percentuais).

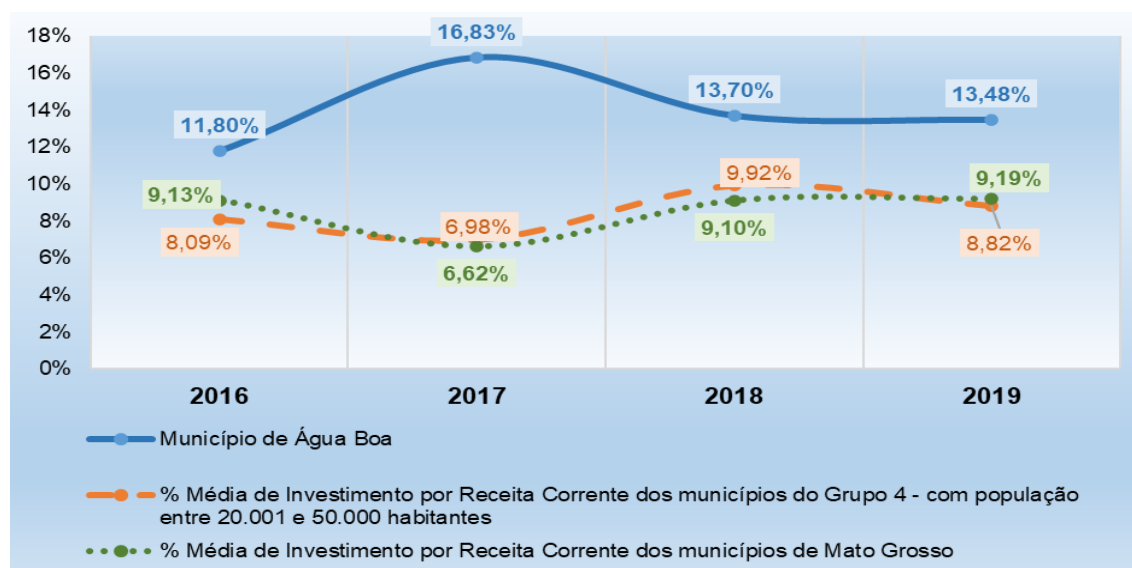


Gráfico 41 - Despesa com Investimento per capita - 2016 a 2019 - Atualizado pelo IPCA



90. Quando comparado às receitas correntes, verifica-se que o investimento apresentou trajetória similar, pois, em 2016, representava **11,8%** (onze inteiros e oitenta centésimos percentuais), tendo atingido, em 2019, **13,48%** (treze inteiros e quarenta e oito centésimos percentuais) da receita corrente.

Gráfico 42 - % de Investimento por Receitas Correntes - 2016 a 2019



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 03/09/2020



8.3. Indicador de Poupança Corrente

Este indicador procura verificar se o ente está fazendo poupança suficiente para absorver um eventual crescimento de suas despesas correntes acima do crescimento das receitas correntes⁶.

A avaliação da capacidade de pagamento dos entes, realizada pelo Tesouro Nacional, é parte da sistemática observada pela STN quando analisa a concessão de garantia da União aos entes subnacionais. Nesse sentido, é pré-requisito para concessão de aval para contratação de operações de crédito por Estados, Distrito Federal e Municípios. A alteração da metodologia da CAPAG faz parte de um amplo processo de modernização do sistema de garantias para torná-lo mais eficiente, seguro e transparente, assegurando que os Entes apenas celebrem contratos de operação de crédito em volumes sustentáveis. Ela será o principal indicador de saúde fiscal utilizado pelo Tesouro Nacional para definir a trajetória de endividamento dos Entes⁷.

91. De acordo com a Portaria nº 501/2017, cada indicador econômico-financeiro, ou seja, a cada indicador de endividamento, poupança corrente e liquidez, será atribuída uma letra – A, B ou C – que representará a classificação parcial do ente naquele indicador, ressaltando que quanto menor o indicador melhor a classificação.

92. O Indicador de Poupança Corrente é um dos três indicadores econômico-financeiros utilizados análise de capacidade de pagamento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), implementado pela referida portaria, cujo cálculo baseia-se na média ponderada, na relação entre despesa corrente e Receita Corrente Ajustada (liq. Fundeb) dos últimos três exercícios, com os pesos 0,20, 0,30 e 0,50, para os exercícios de 2017 a 2019, respectivamente, e será avaliado conforme discriminado no Quadro 39.

Quadro 39 - Critérios de Classificação do Indicador de Poupança Corrente

INDICADOR	FAIXAS DE VALORES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
Poupança Corrente - PC	PC <90%	A
	90% ≤ PC < 95%	B
	PC ≥ 95%	C

⁶

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/590946/CPU_MODULO_17_Sustentabilidade_fiscal_dos_entes_subnacionais.pdf/ce8d792b-f429-47d7-9162-7def228c0eaa

⁷ <http://tesouro.gov.br/sistemagarantiauniao>



93. O Indicador de Poupança Corrente presente neste relatório, está baseado nos critérios e metodologias estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. No entanto, as informações utilizadas para seu cálculo são extraídas do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC.

94. O Município de **Água Boa**, no período de 2017 a 2019, ficou melhor que a média do **Grupo 4**, **88,96%** (oitenta e oito inteiros e noventa e seis centésimos percentuais) e melhor que a **média estadual**, **90,58%** (noventa inteiros e cinquenta e oito centésimos percentuais), tendo alcançado **86,51%** (oitenta e seis inteiros e cinquenta e um centésimos percentuais) de Poupança Corrente, e obtido, assim, classificação A. Com relação ao exercício de 2019, sua capacidade de Poupança Corrente aumentou para **86,49%** (oitenta e seis inteiros e quarenta e nove centésimos percentuais), não alterando sua classificação A, como se observa no Quadro 40.

Quadro 40 - Indicador de Poupança Corrente

Município de Água Boa (2017-2019)	Grupo 4 - com população entre 20.001 e 50.000 habitantes (2017-2019)	Média Estadual (2017-2019)	Classificação do Município de Água Boa (2017-2019)	Município de Água Boa (2019)	Classificação do Município de Água Boa (2019)
86,51%	88,96%	90,58%	A	86,49%	A

9. Do Relatório Técnico de Auditoria:

95. Sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo de Receita e Governo, as Auditoras Público Externo Cláudia Oneida Rouiller e Raquel Jorge, após a análise do processo e, ainda, com base em informações prestadas a este Tribunal por meio do sistema APLIC, elaboraram o relatório técnico preliminar de auditoria, no qual foram apontadas **7** (sete) irregularidades, atribuídas ao **Prefeito**.



96. Regularmente citado, o senhor Mauro Rosa da Silva, apresentou sua defesa com as justificativas e documentos que entendeu pertinentes. Depois de analisada, a equipe concluiu pela permanência de **4 irregularidades graves**, classificadas nos termos da Resolução Normativa 17/2010, atualizada pela Resolução 2/2015, conforme discriminadas a seguir:

1. Item 2). Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000). **DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08**

1.1. A LOA/2019 (Lei nº 1.438/2018) do município de Água Boa não disponibilizou no site da prefeitura e meio oficial os anexos que acompanham a Lei Orçamentária, descumprindo o disposto no art. 37 da CF e art. 48, LRF. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

2. Item 4) Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964). **FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03.**

2.1. Abertura de R\$ 14.657.885,32 de créditos adicionais, na fonte 24, com a indicação de fonte de recurso oriunda de excesso de arrecadação inexistente. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

3. Item 6) Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal). **FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_13.**

3.1. O texto da Lei nº 1.438/2018 (LOA/2019) não destacou os valores dos orçamentos da Seguridade Social e de Investimentos, descumprindo a previsão do art. 165, § 5º da CF/1988. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA



4. Item 7) Irregularidade referente à Planejamento/Orçamento, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT. **FB99 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_99.**

4.1. Não inclusão da memória e metodologia de cálculo do Anexo das Metas fiscais da LDO (Lei nº 1.415/2018), descumprindo o que prevê o art. 4º, § 2º, II da LRF.

- Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

10. Do Relatório Técnico de Auditoria: Secex de Previdência

97. Sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo de Previdência, os Auditores Públicos Externo Rodrigo Sávio Pacheco Costa e Karísia Goda Cardoso Pastor Andrade, após a análise do processo e, ainda, com base em informações prestadas a este Tribunal por meio do sistema APLIC, elaboraram o relatório técnico preliminar de auditoria, no qual não foram apontadas.

98. Em sede de alegações finais, o gestor reiterou os argumentos apresentados em sua defesa.

11. Parecer do Ministério Público de Contas.

99. O Ministério Público de Contas, por meio do **Parecer 6219/2020**, do Procurador **Getúlio Velasco Moreira Filho**, manifestou pelo afastamento das irregularidades 1 (AA 04), 3 (FB 02), 5 (FB 09), e da falha do subitem 4.2 da irregularidade 4 (FB 03), e pela manutenção das irregularidades 2 (DB 08), 6 (FB 13) e 7 (FB 99), e da falha do subitem 4.1 da irregularidade 4 (FB 03).



100. No mérito, **concluiu o Ministério Público de Contas pela emissão de Parecer Prévio Favorável à Aprovação das contas anuais de governo do exercício de 2019, com determinações legais ao Chefe do Poder Executivo.**

101. **É o Relatório.**

(assinatura digital)

Conselheiro VALTER ALBANO

Relator